

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ATA

Ata da 428ª sessão ORDINÁRIA da Congregação, realizada em 21/11/2024 no Auditório 024 do Conjunto Didático de Filosofia e Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - Av. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária - São Paulo, sob a presidência de Adrian Pablo Fanjul, e com a presença dos membros: Silvana de Souza Nascimento, Marina Vanzolini Figueiredo, Rafael Antonio Duarte Villa, Eduardo Brandão, Anselmo Alfredo, Miriam Dolhnikoff, Júlio César Pimentel Pinto Filho, Elaine Bicudo Grolla, Ricardo da Cunha Lima, Pablo Fernando Gasparini, Mamede Mustafá Jarouche, Angela Alonso, Ana Paula Sá e Souza Pacheco, Wagner Costa Ribeiro, Heloísa Brito de Albuquerque Costa, César Ricardo Simoni Santos, Maria Cristina Correia Leandro Pereira, Heloisa Buarque de Almeida, Laura Moutinho da Silva, Mary Anne Junqueira, Esmeralda Vailati Negrão, Ana Cecília Arias Olmos, Dário Horácio Gutierrez Gallardo, Eduardo César Leão Marques, Heitor Frúgoli Junior, Helder Garmes, Helmut Paul Erich Galle, Marcos Francisco Napolitano de Eugênio, Marcos Piason Natali, Maria Augusta da Costa Vieira, Marilza de Oliveira, Rafael de Bivar Marquese, Elizabeth Cancelli, Phablo Roberto Marchis Fachin, Yuri Tavares Rocha, Cilaine Alves Cunha, Gabriela Pellegrino Soares, José Horácio de Almeida Nascimento Costa, Laura Moutinho da Silva, Lincoln Ferreira Secco, Luis César Guimarães Oliva, Waldir Bevidas, Adriana Zavaglia, Ana Paula Hey, Daniel Strum, Maurício Cardoso, Junko Ota, Lilian Jacoto, Luciana Carvalho Fonseca, Mariângela de Araújo, Arlene Elizabeth Clemesha, Rosângela Sarteschi, Shirlei Lica Ichisato Hashimoto, Francisco Napolitano Viotto, Amanda Coelho Marzall, Lucas Simião Ferreira Lopes, Vitória Passos Viana, Marie Márcia Pedroso, Frederico Favoretto, Miraldo Vale de Freitas, Valdeni Faleiro, Paulo Roberto Ribeiro de Andrade, José Clóvis Medeiros. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Vamos dar início. Boa tarde a todas e todos. Damos início à sessão ordinária número 428 da Congregação. Justificaram ausência o prof. Alfredo Queiroz, a profa. Fernanda Padovesi e o prof. Ricardo Mendes Antas Junior. Vamos começar pelo expediente, com o informe da Direção, que vamos dar conjuntamente, não é Silvana? Bom”. Expediente da Direção e da Vice-Direção, que é apresentado mediante leitura do documento transcrito a seguir, alternada entre o Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul, Diretor, e a Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento, Vice-Diretora: com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Informamos a nova chefia do Departamento de História, professora Miriam Dolhnikoff e professor Julio César Pimentel Pinto. Parabéns aos dois, muito agradecimento por assumirem essa tarefa e desejamos uma ótima gestão, contem com a direção para o que*

ATA

precisarem. Anunciamos que o novo assistente de tecnologia da direção da Faculdade a partir de 25/11 será o funcionário Miraldo Vale de Freitas. Informamos uma boa notícia; a Câmara de Avaliação institucional aprovou, sem pedidos de ajustes, o Projeto Acadêmico que a Faculdade elaborou na primeira parte do ano e que foi aprovado por nossa Congregação em junho. Reitero os parabéns e o agradecimento à comissão que o elaborou, muito especialmente à professora Ana Paula Megiani, que coordenou os trabalhos. Sobre o começo das aulas de 2025, informo que a aula magna estará a cargo da professora Adma Fadul Muhana, do DLCV. Durante a semana passada e esta, realizamos a análise de progressão das funcionárias e funcionários da Faculdade. Formamos quatro comitês de análise, participaram, além da Direção e da Assistência Acadêmica, 24 pessoas: 12 docentes e 12 funcionários, incluindo uma docente convidada de outra unidade. Foi um verdadeiro mutirão. Para garantir a participação fizemos 5 reuniões online na semana passada em horários alternativos para explicarmos o trabalho no sistema e fixarmos critérios. Os comitês elaboraram um parecer para cada um dos 240 postulantes. Posteriormente eu tive que fazer um trabalho de avaliar, que terminou ontem, e que pude fazer com certa facilidade devido a que os pareceres eram substanciais e muito bem elaborados. Reitero aqui o agradecimento a todas e todos que participaram. Anunciamos também que a Faculdade obteve, por segundo ano consecutivo, o prêmio Alumni Unidades USP, pela quantidade de egressos cadastrados na plataforma como novos usuários no período. E dois dos nossos egressos receberam distinções por contribuições em diferentes áreas: Alexandre Ratsuo Uehara, egresso de Ciências Sociais, e Gabriela Gomes Ortero Sartini, de Geografia. A entrega da premiação será no dia 25/11. Informamos também os indicados da Faculdade para prêmio Jabuti. A FFLCH teve nove finalistas para o prêmio Jabuti, entre graduados e pós-graduados que passaram aqui, e pós-graduandos. Teve um ganhador, no eixo Tradução : João Carlos Barbosa Gonçalves, doutor em Linguística pela FFLCH, com *Canto para Govinda* pela Penguin-Companhia das Letras. Foram finalistas: em conto, David Oscar Vaz, mestre em Teoria Literária pela FFLCH, com a coleção *Portas e vãos*. Em HQ, André Toral, graduado em Ciências Sociais e doutor em História Social pela FFLCH, com a obra *O filho do Norte: Gonçalves Dias, o poeta do Brasil*. Em poesia, Leonardo Antunes, graduado em Letras-Grego e mestre e doutor em Letras Clássicas pela FFLCH, disputou com a obra *Regressos*. Em Artes, Hélio Menezes, doutorando no Programa de Antropologia Social da FFLCH e Raquel Barreto foram indicados pela organização da obra *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*.

ATA

Em Biografia e Reportagem, Luiza Villaméa, mestre em História Econômica pela FFLCH, esteve entre os finalistas com *A torre*, da Companhia das Letras. Em Produção Editorial/Tradução: Diogo Cardoso dos Santos, graduado em Letras pela FFLCH, com o livro *A mais recôndita memória dos homens*. João Carlos Barbosa Gonçalves, doutor em Linguística pela FFLCH, com *Canto para Govinda*; Robert de Brose, doutor em Letras Clássicas pela FFLCH, com a obra *Odes Olímpicas*, e Viviane Souza Madeira, doutora em Literatura Portuguesa pela FFLCH, com *Os Profetas*. No dia 14 de novembro aconteceu a reunião do Conselho Gestor do Campus da Capital, para votar o Plano Diretor apresentado na sessão anterior desta Congregação pela prefeita do campus, professora Raquel Rolnik, e pelo vice-prefeito, professor Wagner Ribeiro. A Faculdade se fez presente e apresentou 3 emendas, todas elas foram aprovadas. A principal foi a que já mencionamos na Congregação anterior, a respeito do prédio de História e Geografia. Nossa emenda foi que, no mapa denominado “Diretrizes de intervenção nas edificações do campus”, o prédio passasse do status “Edifício tombado” a “Edifício tombado com prioridade de restauro”. A emenda foi subscrita juntamente pela direção da FAU e pela representação de funcionários, aqui deixamos registrado nosso agradecimento. E foi aprovada com 30 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções. Destaco que, durante a discussão, o superintendente do espaço físico disse que podia haver em breve uma intervenção da SEF sobre o prédio. Ainda em relação a esse prédio queria informar que o Clóvis [José Clóvis Medeiros] detectou um edital do Fundo dos Embaixadores dos EUA para a Preservação Cultural, que outorga até 500 mil dólares para obras de preservação de patrimônio, incluindo edifícios tombados, um dos destinatários são as IES [Instituições de Educação Superior], então, estamos preparando também uma submissão a esse edital. As outras emendas apresentadas e aprovadas dizem respeito ao prédio da Casa de Cultura Japonesa. Por uma delas, a Casa foi incluída como “edificação com interesse de preservação”. Pela outra, foi determinado, o espaço verde entre ela e a rotatória seguinte, como “área para expansão da unidade e de áreas ajardinadas”. Isto é, em um futuro, poderá ser planejada ali uma construção nova da FFLCH, em um projeto que terá que integrar uma parte de jardim. Foi importante, na reunião, a articulação com outras unidades e representações para preservarmos os aspectos mais progressistas do Plano, já que havia questionamentos em torno à priorização ao transporte público, aos pedestres e aos ciclistas, e no que diz respeito à orientação para que os planos diretores das unidades sejam também participativos. Conseguimos, mas precisamos ficar atentos em relação ao que

ATA

apareça no dia da votação no Co. No dia 1/11 nos reunimos com a Superintendência do Espaço Físico, estivemos presentes a vice-diretora, o assistente administrativo, o ouvidor e eu. Vimos as plantas do prédio novo, que serão apresentadas a esta Congregação pelo superintendente, professor Miguel Buzzar, na próxima sessão, dia 12/12. Já estão no Instagram da Faculdade e da SEF. O valor já foi transferido à SEF pela CODAGE, e a Faculdade já enviou a documentação de previsão de mobiliário e equipamentos. A licitação começa em 18/12, e a adjudicação da obra é prevista para fevereiro. Na reunião também foi apresentada a nós a planta da obra de adequação ao Corpo de Bombeiros dos prédios de Letras e da Biblioteca, que estão na fase imediatamente prévia à licitação”. *Com a palavra, **Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento:*** “A Comissão de Planejamento da Infraestrutura se reuniu pela segunda vez, na semana passada, e foram elencadas prioridades para o ano de 2025 em relação a reformas que podem ser realizadas pela equipe de serviços gerais da FFLCH bem como a compra dos equipamentos e mobiliários. A comissão está organizada em 3 grupos, uma que está cuidando da parte das reformas dos prédios, outra dos equipamentos e mobiliários e uma terceira, dos espaços da Faculdade (salas, espaços de convivência, etc.). Gostaria de agradecer o empenho desta comissão que está trabalhando ativamente nesses primeiros dois meses, e também dizer que já fizemos algumas vistorias e visitas nos prédios, tentando planejar melhor como serão os reparos e o uso dos equipamentos que vamos comprar, inclusive ares condicionados. Nós também fizemos uma reunião com toda a zeladoria, para entender o funcionamento dos trabalhos e das necessidades de cada prédio, que são muitas. Ainda em relação a infraestrutura, tentaremos apresentar uma proposta, coordenada pela profa. Sueli Furlan, do departamento de Geografia, para um edital da FINEP para equipamentos e infraestrutura, em parcerias com universidades do norte e do nordeste”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Neste mês da Consciência Negra temos várias ações importantes. Em primeiro lugar, dia 27/11 realizaremos o evento “Trabalho e diversidade na USP. Boas Práticas e impasses para a inclusão” (mostrar página da Faculdade com o evento). É o primeiro evento que organizamos em conjunto com outras unidades, no caso o IP, e vai contar com a presença da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento na abertura. É também a primeira ação que desenvolvemos para ajudar a pautar na USP problemas que precisam ser abordados na perspectiva de uma universidade que contribua para menos desigualdade social. E o evento foi ganhando um importante adicional: dentre os GTs da tarde teremos um sobre acessibilidade que reunirá como expositoras as duas primeiras

ATA

professoras surdas da USP, para mostrar a premência de uma contratação de intérpretes para garantir que o saber dessas colegas circule com a qualidade que corresponde. Vamos, então, dar uma força participando?”. *Com a palavra, **Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento:*** “E ontem colocamos no ar o projeto ‘Memória Negra na FFLCH’, que consiste, numa primeira etapa, em um mapeamento das professoras e professores negras e negros que fizeram e fazem parte da nossa Faculdade. A proposta é reconstituir e analisar a trajetória desses docentes na FFLCH para dar visibilidade e reconhecimento à presença e à memória da docência negra. Quem são? Quem foram as/os precursoras/es? Quando chegaram? O que têm realizado em termos de projetos de ensino, pesquisa e extensão? Têm ocupado cargos de gestão e de decisão? Para começar o mapeamento, pudemos localizar, até o momento, 29 docentes que se auto-identificam como negros/as (pretos/as e pardos/as), a partir da década de 50 até os dias atuais. E ainda há mais 5 que estão em fase de contratação, aprovados/as nos últimos concursos. 2 falecidos, 5 aposentados e 22 ativos. Lembrando que temos, atualmente, por volta de 400 docentes ativos. Ou seja, somos 5% de professoras e professores negros – a maioria pardos. Esta iniciativa está sendo realizada pela equipe do Projeto Memória FFLCH 90 anos, coordenado pelo pesquisador Abílio Tavares, e o protagonismo de estudantes de graduação dos cursos História e Ciências Sociais. Agradecer a Ana Paula Loberto, Thamires Badu, Eric Rinaldi, Cauê Harms e Gabriel Silvano. E isso é só o começo! Também pretendemos realizar pesquisas que envolvam estudantes e servidores/as não-docentes negros/as, e lembrar e valorizar suas atuações em diferentes âmbitos políticos e sociais. Contamos com a colaboração de todos que tenham interesse em participar conosco desta empreitada em busca da presença, da memória e do reconhecimento da docência negra na FFLCH. Email: memoriafflch.usp.br”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Por último, quero informar que o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, nosso colega Renato Janine Ribeiro, entrou em contato para convidar a Faculdade a somar-se à Jornada pela Ciência e a Educação que a SBPC convoca para 25/11. O objetivo da Jornada é alertar para os cortes de recursos nos dois setores. Haverá um ato virtual às 10h, e há uma convocatória para que associações científicas e IES realizem atividades virtuais durante o dia”. Fim da leitura do informe da Direção e Vice-Direção. Expediente da representação da Congregação no Conselho Universitário: *com a palavra, **Profa. Dra. Mary Anne Junqueira:*** “Boa tarde a todas e todos. Nós tivemos reunião do Co no dia 12 de novembro. Tratou-se de reunião ordinária, portanto do tipo em que os conselheiros podem se

ATA

inscrever para assuntos ou temas que não sejam os da pauta. Nos informes da Reitoria o Reitor informou sobre a progressão dos servidores, e segundo ele já haviam sido feitas mais de 70% delas. Eu conversei pessoalmente com alguns colegas que participaram da avaliação dos funcionários, inclusive com a Esmeralda [Vailati Negrão], que é a minha vice, e o relato de todos eles foi de que o formulário tinha problemas importantes, pois não era adequado ao trabalho próprio dos servidores. O Reitor informou que 85% dos funcionários técnico-administrativos se inscreveram para fazer a progressão. Ainda segundo a Reitoria, 90% desses que se inscreveram estão aptos a progredir, o que daria cerca de onze mil funcionários. Segundo ele, 5% não solicitaram a progressão, e outros 5% não preencheram os critérios para a mesma. Cinco por cento são coisa de 600 funcionários. Entretanto o que foi mais importante na fala do Reitor é de que está garantido o recurso no processo. Ele imagina que grande parte dos recursos devam vir daqueles servidores que foram designados para a progressão horizontal, mas pleiteavam a vertical. O recurso é garantido igualmente aos 5% dos funcionários que não preencheram os critérios de progressão. Nós tivemos dois pontos que eu considero mais importantes, e eu passo aqui para o segundo deles: o Reitor informou também que a Comissão de Claros Docentes se reuniu na semana do dia 04 de novembro e foi tomada a decisão de repor todas as aposentadorias compulsórias, de 2023, 2024 e 2025. Isso quer dizer que a Reitoria vai adiantar as compulsórias de 2025. Seria um total de 363 docentes. Aposentadorias compulsórias, eu não estou falando das aposentadorias de quem tem menos de 75 anos, porque [nesse caso o docente] teria que pedir [a aposentadoria]. Têm se aposentado em torno de 150 docentes por ano. A Maria Arminda completou que com as contratações já feitas, e mais essas que serão adiantadas (as 363), teremos cerca de 1.500 contratações na USP. Ela afirma que será uma outra USP. Mas nós ficamos dez anos sem contratação, não é? Então. E me parece que essas contratações não cumprem todas as perdas que nós tivemos nesses dez anos. Mas, segundo ela está se desenhando aí uma outra Universidade. Será publicada portaria sobre a questão. Eu até achei que já tivesse saído, Adrian, essa portaria, mas não [saiu], não é? Claro que as unidades e os departamentos terão que fazer os pedidos, nada cai no colo, vocês sabem. [Continuando,] Houve pauta sobre o orçamento; o orçamento da Universidade foi aprovado em outra reunião (inclusive eu reporte aqui), mas no dia 12 foram aprovadas as diretrizes orçamentárias para 2025. Ao final, eu pude encaminhar as quatro moções da nossa última Congregação – eu não pude lê-las, porque eram quatro moções, e cada conselheiro tem um tempo [para falar] –, mas eu me remeti às

ATA

questões dos funcionários; à de apoio às quotas trans na Universidade, na Graduação da Universidade; à moção da Geografia a propósito do trabalho de campo; e à que se referia à execução de ação de conversão da URV para Reais de 1994. O Reitor respondeu exclusivamente a essa última moção, afirmando que a USP pediu esclarecimentos ao Supremo Tribunal de Justiça, e estão no momento esperando que o tema seja esclarecido. Ele acredita que isso deve ocorrer em meados de 2025. E ele confirmou que assim que for decidido ele vai ressarcir, a USP vai ressarcir todos os valores cabíveis. Então são esses os informes, e qualquer coisa eu estou à disposição de vocês. Obrigada”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul*: “Eu queria esclarecer um pouco essa questão das aposentadorias docentes. A interpretação que eu fiz da fala do Reitor foi a seguinte: as aposentadorias produzidas durante 2023 e durante 2024, até a data da reunião da Comissão Central, que foi 04 de novembro, seriam repostas mesmo que não sejam compulsórias. A novidade é que eles antecipam as aposentadorias compulsórias de 2025. Essas eles podem até saber quem são, como nós também sabemos, pelo registro de idade das pessoas, você sabe quem faz setenta e cinco anos em 2025. Isso é que seria antecipado. Agora, de 2023 e de 2024 viriam todas as aposentadorias que se produziram. No caso da nossa faculdade, são 23. Temos 23 aposentados, se somarmos 2023 e 2024, até 04 de novembro. Seriam 23, mais 3 que se aposentam compulsoriamente em 2025. São 26 [portanto]. Só que não foi dito em que proporção isso viria para um pedido direto da unidade e em que proporção para algum tipo de edital de outra natureza. Não foi dito isso, e não está claro. Inclusive eu creio que o próprio atraso da portaria tem a ver com alguma decisão de que ainda saberemos”. *Com a palavra, Profa. Dra. Mary Anne Junqueira*: “Para fazer esse informe, eu revi no Youtube essa parte do Reitor, e nela ele garante que vai antecipar, ele falou ali, está comprovado, que ele vai antecipar as compulsórias de 2025. Agora, é claro que houve muitas perguntas e não foi possível desenvolver o assunto – ficou no ar, não é? Por isso eu perguntei para o Adrian se essa portaria já chegou, porque a gente não sabe de fato o desenvolvimento disso. Então, muito obrigada”. Expediente da Comissão de Graduação: *com a palavra, Profa. Dra. Heloísa Brito de Albuquerque Costa*: “Boa tarde a todos e todas. São dois informes. O primeiro deles já foi passado na outra Congregação, e é a respeito da Semana de Recepção aos Calouros. Nós já estamos trabalhando com os coordenadores de curso, que estão na CG, junto com a Assistência Acadêmica, a Marieta (que também é da CG), a estagiária, e também vamos iniciar a conversa com os Centros Acadêmicos. Nesta semana e na próxima eles estão

ATA

realizando as eleições, então nós vamos chamar a ‘grande comissão’, que reúne todos esses colegas e mais os representantes dos Centros Acadêmicos. A informação importante é que em relação ao ano passado nós vamos manter algumas ações culturais e dos departamentos, dos cursos, mas nós estamos trabalhando bastante próximos agora com o setor de comunicação da FFLCH (do Paulo, que está aqui), para que a gente realize uma parte mais de áudio, de vídeo, no próprio site da faculdade, e também nos sites dos departamentos. Assim, o pedido é que os departamentos colaborem conosco quando a gente enviar a solicitação; no ano passado um dos problemas foi o atraso do envio da organização dos departamentos para a apresentação dos seus cursos. Então nós vamos enviar para os departamentos uma grade em que está definido o nosso espaço, vocês sabem que os estudantes reivindicam muito, a Semana de Recepção aos Calouros é uma semana de acolhimento dos ingressantes, e eles são protagonistas desse momento, mas nós temos também o compromisso de falar da Faculdade, dos cursos etc. Então, para que a coisa fique um pouco melhor organizada do que no ano passado, nós vamos encaminhar essa grade com o nosso espaço reservado, e aí a gente pede que os departamentos se organizem para respeitar esse momento, para não haver cruzamento com outras atividades que eles venham a propor. Assim, isso vai ser disparado logo, porque todo esse trabalho é feito em dezembro, e janeiro. A Semana de Recepção aos Calouros começa no dia 24 de fevereiro, ou seja, ela antecede o Carnaval, e aí nós vamos ter todo um trabalho de divulgação, de chamada, para que esses ingressantes venham e participem das atividades. O segundo informe diz respeito ao convênio que a Faculdade estabeleceu em 2022, no final de 2022, com a Secretaria da Educação. Algumas atividades foram feitas durante 2023, com parcerias pontuais, e fizemos no dia 08 de novembro, junto com a Direção, com o prof. Adrian e a profa. Silvana, uma reunião com os representantes da Escola de Formação de Professores, que é a EFAPE [Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação], e a coordenação pedagógica dos centros de línguas, também da Secretaria. Em 2023 nós havíamos feito um levantamento junto aos professores da Educação [Básica], e obtivemos duas mil respostas para o levantamento de temas ligados à formação de professores, nos nossos cinco cursos e nas diferentes áreas. O representante da Secretaria informou que eles vão fazer um novo levantamento, em função de um alinhamento segundo o qual eles esperam que os professores se manifestem, com os itinerários de formação do Ensino Médio. Então eu estou em contato com essas pessoas, nós vamos ter esse levantamento brevemente, e aí pela Comissão de Graduação eu vou transmitir o resultado

ATA

para os coordenadores de curso, e na sequência chegará a todos. Acho que tem um compromisso muito grande nosso em acolher esses alunos, e então o Nelson, aqui da Faculdade, junto com o Clóvis, têm trabalhado muito comigo para pensar políticas de permanência deles [sobretudo quando oriundos] da rede pública. O Nelson tem todo um levantamento desses alunos por curso, e a ideia é que a gente possa circular junto a eles as políticas de permanência, e também as bolsas, as de Iniciação Científica [por exemplo], que eles tenham acesso a essa informação, assim como a dos cursos ofertados na Extensão. Isso é bastante importante porque eles vão estar implicados nos seus próprios cursos e nessas atividades, dando visibilidade para aquilo que a gente entende que é importante garantir para esses meninos, estando aqui em cada um dos nossos cursos. Uma questão importante também que foi falada na reunião com eles [da Secretaria de Educação] é a do potencial enorme que essa parceria tem de concretizar as nossas ações de curricularização da Extensão. Alguns projetos foram cadastrados no Apolo, alguns colegas já estão entrando em contato comigo para ver quem são os interlocutores – uma vez que a Secretaria é extremamente complexa, você fala com um e o um fala que é com outro e o outro fala que é com outro ainda, de modo que a gente tem que seguir um caminho que não é evidente – e algumas ações já estão sendo pensadas. Tem o grupo que eu coordeno, que é o Letras e Atuação Profissional, [com o qual] a gente vai fazer, com os alunos dos centros de línguas, uma roda de conversa para falar um pouco das interfaces de Letras. Tem um grupo de alunos bastante envolvidos com isso. Ou seja, pensem nisso, na curricularização da Extensão, e eu estou à disposição para os contatos que vocês precisarem”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Muito obrigado, Heloísa. Eu queria, a propósito da reunião com a SEDUC, lembrar que está aberto o edital FAPESP Escola (acho que é aberto até o dia 12 de dezembro, mais ou menos), e é interessante que nos apresentemos, sim? Bom. Agora, por favor, César? Pela Comissão de Pós-Graduação?”. *Expediente da Comissão de Pós-Graduação: com a palavra, **Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos***: “Obrigado, Adrian. Boa tarde a todos. Vou dar dois informes rápidos. Começo pelos resultados de uma reunião extraordinária da CPG [Comissão de Pós-Graduação], que aconteceu na última terça-feira, em função ainda do fato do novo modelo de pós-graduação, que circula oficialmente com o nome de Programa de Aprimoramento da Pós-Graduação [PAE - Programa de Aperfeiçoamento de Ensino] – na última Congregação eu já tinha dado o informe sobre o fato de ele ter sido aprovado já no Conselho de Pós-Graduação da Universidade – e tendo em vista o fato de que a proposta está

ATA

sendo efetivamente implementada, e me parece que já substancialmente consolidada. Numa reunião duas sextas-feiras atrás na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, com os programas de Sociologia e Política já declaradamente interessados em aderir, o Pró-Reitor sinalizou no sentido de uma abertura para receber propostas, enfim, e parecia que até então não estava exatamente muito claro. Diante dessa possibilidade a CPG e os seus membros entenderam que talvez fosse um bom momento então de propor coisas relativas aos nossos programas, que em alguma medida têm algo em comum. Nós nos reunimos, pois, na última terça-feira em caráter extraordinário e por unanimidade aprovamos a elaboração de um documento orientado por um eixo principal, [que é] a necessidade de flexibilização da proposta (sobretudo para nós, da FFLCH), considerando os prazos de mestrado e doutorado. Nós criamos faixas para essa flexibilização, a ideia do documento era estabelecer um diálogo com a proposta, não é?, e não bater de frente (digamos que seria menos produtiva qualquer coisa nesse sentido). A ideia desse diálogo foi propor uma flexibilização com relação a três eixos principais. O primeiro deles é com relação ao tempo de mestrado e doutorado, ampliar talvez um pouco a margem de dois anos do mestrado – que está previsto para dois anos – ampliá-la para dois anos e meio, e ampliar a margem do doutorado, enfim, fechado atualmente em quatro anos, facultar aos programas que assim entenderem melhor a possibilidade de o fazer em cinco anos. São margens pequenas, mas que a gente entendeu que dialogam com a proposta. Um segundo eixo é em relação à previsão de bolsas para os alunos que não passam diretamente para o doutorado, quando da qualificação; eu não sei se todos têm conhecimento da proposta, não é?, mas há a previsão de que passariam 30% por um ingresso único, 30% passariam ao doutorado num momento que está sendo chamado de qualificação, que é o momento em que o estudante apresenta um projeto de pesquisa, e os 70% [restantes] seguem para o mestrado, e então a gente também está pedindo que haja previsão de bolsas para esses que permanecerem [no mestrado], o que não está mencionado em nenhum momento do documento [do PAE]. O documento que a CPG apresentará, por sua vez, mantém o entendimento de que, independente dos resultados em relação a isso, sejam essas solicitações de flexibilização acatadas ou não, mantém-se a liberdade do programa de aderir, ou não, à proposta [do PAE] – até que não seja mais possível, não é? Ou seja, ficam mantidas todas as condições anteriores. Então quer dizer, foi um pouco na linha de estabelecer um diálogo com um projeto que está em fase avançada de aprovação. Esse foi o resultado, essa proposta [de elaboração desse documento] foi aprovada por unanimidade na

ATA

CPG. Muito bem. Esse era o primeiro informe. Eu tenho um segundo, que é, me parece, uma notícia boa, eu acho que a maior parte de vocês deve saber, nós tivemos seis trabalhos que foram premiados, de certa maneira, no prêmio Tese Destaque USP. Três deles receberam propriamente a premiação, e os outros três foram menções honrosas. Então, em função disso, a CPG parabeniza aqui: Renan William dos Santos, e o seu orientador José Reginaldo Prandi, do programa de Sociologia, pela premiação no Tese Destaque USP; gostaria de parabenizar também a estudante Fernanda Silva e Souza, e o seu orientador Marcos Piason Natali, do programa de Teoria Literária e Literatura Comparada; ainda premiado tivemos o trabalho do André Luís Lopes Neves, orientador Renato Sztutman, do programa de Antropologia Social".

Aqui o Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos pede a ajuda da Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento para a leitura do restante, uma vez que ele está sem os óculos. *Lendo*, a **Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento**: “Receberam menções honrosas Aline Lopes Murillo, orientadora Fernanda Arêas Peixoto, da Antropologia; da área de Letras, Linguística e Artes receberam menção honrosa pela tese ‘O epos e suas espécies nos livros de Propércio’ a Maria Ozana Lima de Arruda, e seu orientador Paulo Martins; por fim, pela tese ‘Fronteiras da Italianidade: língua, identidade e representação no macarronismo ítalo-paulistano dos periódicos humorísticos’ receberam a menção honrosa Rafael Cesar Cabral Scabin, e sua orientadora Giliola Maggio”. *Com a palavra*, **Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos**: “Bom, era isso. Agradeço a leitura, agradeço o tempo. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] A flexibilização do tempo, a gente acabou fechando em dois [anos] e meio. [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Não, eu lembro. Eu lembro. É que tem uma nuance aí: isso está previsto já no PAE como ele está. A gente achou melhor, ao invés de mencionar isso, porque essa previsão já existe, a gente achou melhor flexibilizar o tempo total, [ampliando] de dois anos para dois anos e meio”. *Com a palavra*, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Luís César, você quer fazer alguma pergunta?”. A pergunta do Prof. Dr. Luís César Guimarães Oliva não é captada pelo equipamento de áudio. *Com a palavra*, **Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos**: “Perfeito, Luís. Muito obrigado pela pergunta. Houve, sim, eu esqueci desse eixo. Esse é o terceiro eixo da flexibilização, a possibilidade de os programas flexibilizarem, mas. Desculpe, eu te interrompi. Você quer prosseguir?”. *Em aparte*, **Prof. Dr. Luís César Guimarães Oliva**: “Primeiro a questão dos 30%, e a segunda com relação à possibilidade de exigir projetos no início, e não a entrada, como dizia a minuta, não é, a entrada sem projeto e no final do primeiro ano ele [o aluno]

ATA

seria avaliado na qualificação com o projeto, seria o que ele poderia fazer. Então, seriam esses dois pontos que me parecem bem graves”. *Com a palavra, Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos:* “Perfeito, Luís. Obrigado pelas perguntas, até porque elas retomam um eixo importante que foi objeto da nossa discussão [na CPG]. Primeiro, com relação aos 30%. Sim, esse é um eixo sobre o qual a gente também está pedindo flexibilização. Porque entendemos que além de funcionar como uma peneira muito dura em relação à necessidade de cada programa, ao perfil das turmas e tudo mais, ele tem um problema operacional, que é: as bancas que vão participar da tal qualificação têm composição, e lidam muitas vezes com temas, critérios, diferentes; como é que a gente classifica quem vai e quem não vai? E daí, provavelmente, na CCP isso vai ter que ser resolvido, mas com uma dificuldade muito grande. Assim, a gente entendeu que vai ser difícil operacionalizar [esse ponto]. Essa é uma linha de argumentação para flexibilizar também esse eixo. Então a gente está enviando no nosso documento também uma solicitação de flexibilização quanto aos 30%. Com relação ao projeto, no ingresso, entendemos que a possibilidade de diálogo não estava aberta, uma vez que isso infringe a proposta num dos eixos principais dela. A Pró-Reitoria tem conduzido essa discussão no seguinte sentido: para apresentar o projeto no ingresso na Pós-Graduação, o aluno tem que ter uma formação prévia com a qual ele possa contar na hora de elaborar o projeto. E isso na verdade acaba sendo uma peneira promotora de assimetrias, no ingresso. Então alguns alunos já têm alguma experiência, vêm de instituições que preparam, alguma coisa do tipo; ou alunos que têm mais condição, que têm um background em casa, ou que fizeram uma trajetória na graduação, enfim, há toda forma. A ideia da Pró-Reitoria, que, do meu ponto de vista, não abre essa frente como uma frente de diálogo possível, é de que a própria elaboração do projeto teria que ser amparada pelo programa, para dar condições de equidade a todos os ingressantes. Então a gente entendeu que não se trata propriamente de uma frente de diálogo possível”. *Em aparte, Prof. Dr. Luís César Guimarães Oliva:* “Eu acho equivocada o raciocínio deles, mas, enfim. Tudo bem. Agora uma última coisa que você falou, da flexibilidade com relação a bolsas para os mestrados que não tivessem sido aprovados a passar para o doutorado. Você falou que esse era um dos temas que vocês iam incluir. Eu queria saber o seguinte: em princípio o doutorado simples não vai ser extinto de imediato. [Está prevista] A flexibilidade para alunos que venham de fora, ou mesmo dos nossos próprios programas e que estejam terminando o mestrado, de ter bolsas no doutorado simples, ou essa previsão não foi levantada?” *Com a palavra, Prof. Dr. César Ricardo*

ATA

Simoni Santos: “É. Marcos? Acho que o Marcos tem um complemento”. *Com a palavra,*

Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio: “Não, só pegando uma carona nessa questão, eu acho que talvez um projeto acabado, concordo [que não seja necessário]. Mas um pré-projeto, uma carta de intenções, um esboço é fundamental, tendo em vista que o mestrado será mais curto. Então acho que mesmo estando um pouco fora do horizonte valeria a pena a gente refletir um pouco mais sobre isso. Tentar pelo menos um pré-projeto no ato da [inscrição], ou pelo menos uma carta de intenções, que seja. Mas algum documento, porque eu duvido que em um ano a pessoa consiga fazer um projeto [entrando no programa sem nada preparado]. Ela já terá um projeto na manga. Então, quer dizer, não consegue. Uma [outra] coisa é a gente entrar com um pré-projeto, e isso ser aperfeiçoado, e ir para um exame, enfim, não vejo problema em relação a isso. Mas eu acho que valeria a pena pensar na possibilidade de incluir esse debate”. *Com a palavra,*

Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos: “Perfeito. Obrigado, Marcos. Enfim, eu não vou entrar aqui em questões valorativas em relação ao projeto maior, eu entendo, essas questões têm sido objeto de muita angústia [da parte] do grupo todo, mas, eu acho que, enfim, eu precisaria voltar aos documentos, mas eu me permito dizer com alguma segurança que os programas terão autonomia sobre seus processos seletivos, desde que não infrinjam normativas. Então, como você estava sugerindo, Marcos, talvez não propriamente um projeto, mas uma carta de intenções, uma estruturação de caminhos de pesquisa talvez seja possível. Não quero dizer que com certeza será, mas talvez se possa incluir isso no momento de ingresso. Então, sim. A posição do grupo, da CPG, de forma geral não é homogênea. E eu diria que essa reunião da CPG foi uma reunião em que muitas manifestações parecidas de algum mal-estar, algum desconforto, com relação à proposta [do PAE] apareceram, mas a gente entendeu que seria mais produtivo a gente encaminhar um documento dialogando com ela, que está em estágio avançado de implementação, do que [tentar alterações mais críticas], tendo em vista justamente o potencial que ela tem de se tornar um modelo não só para a USP mas talvez para o Brasil inteiro. Assim, entendemos que esse é um momento importante da gente atuar, na tentativa de, bom, sinalizar para elementos que são específicos dos nossos programas, e importantes, dentro daquilo que a gente entende que é uma formação, uma pós-graduação nas nossas áreas. Foi um pouco esse o espírito da resolução dessa reunião. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] A bem da verdade, o material e todo o projeto não mencionam isso, o que deixa entender que continua como está. É claro que todo o material ligado ao novo

ATA

modelo, à implementação do novo modelo, se reporta àquilo que é específico ao novo modelo; claro, ele prevê entrada no doutorado direto, e entrada em doutorado com mestrado feito em outras instituições, naqueles programas que aderirem, porque estes deixam de ter um mestrado como a gente conhece hoje. Mas [esse material] não menciona alteração no sistema de concessão de bolsas para doutorado direto. Tudo bem?”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Obrigado, César. Então, vou passar a palavra à presidenta da Comissão de Pesquisa. Professora Maria Cristina?”. *Expediente da Comissão de Pesquisa e Inovação: com a palavra, **Profa. Dra. Maria Cristina Correia Leandro Pereira***: “Boa tarde a todo mundo. Eu tenho seis informes, mas eles são breves. Em primeiro lugar, eu queria informar que a gente está em vias de encerrar a primeira fase do SIICUSP [Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo], até o dia 25 estamos esperando ainda os pareceres para depois então proceder à segunda fase, com a seleção de uma série de trabalhos aprovados, baseados em critérios como a nota, a recomendação dos avaliadores, e buscando um equilíbrio entre os departamentos. O segundo informe é um lembrete de que há novas normas para o pós-doc, a Resolução CoPI 8689, de 03 de setembro [deste ano], tem algumas mudanças importantes; por exemplo, na Resolução não está especificada a duração mínima, e então em reunião da CPqI [Comissão de Pesquisa e Inovação] do dia 06 nós estabelecemos a duração mínima de três meses, porque é o único prazo que aparece nessa Resolução como o tempo mínimo de atividades que devem constar do projeto de pesquisa. O tempo máximo, esse sim, está na Resolução, e é de cinco anos. Também nessa Resolução nova há uma flexibilização no credenciamento dos supervisores, que podem mesmo ser externos à USP, e segundo critérios de credenciamento da CPqI. Na mesma reunião [do dia 06] decidimos que esses critérios vão ser estabelecidos pelos departamentos, não pela CPqI, e nesse sentido quando os departamentos enviarem a documentação do candidato ao pós-doc, devem incluir um documento dizendo que o supervisor está autorizado e credenciado pelo departamento [em questão]. Isso, desde que não seja um professor ou uma professora de um programa de pós do departamento, porque daí não há necessidade desse credenciamento. E ainda em relação a essa Resolução, vai haver necessidade de mais assinaturas nos processos do que já existe, e as assinaturas aceitas são a da USP Assina, e a do Gov. Bom, o terceiro ponto, na verdade, é um pedido feito pelo Nelson, do escritório de apoio à pesquisa, e que é bastante importante, e que é de incentivar os colegas que tenham bolsistas de IC não cadastrados no Atena, que o façam –

ATA

principalmente quem tem bolsa FAPESP, que muitas vezes não registra – porque, segundo o Nelson é importante a gente ter um panorama real, o mais real possível, da quantidade de bolsistas e de pesquisadores de IC, inclusive para pleitearmos mais bolsas, não é? Ele disse que isso é uma informação necessária e que a Faculdade, em geral, está deficitária em relação a esse panorama real. Também o quarto ponto é outra recomendação do escritório de apoio à pesquisa, de que se insira um dos ODS, isto é, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU, nos projetos de pesquisa, disciplinas, eventos, no Lattes, porque ele [o Nelson] disse que no ano que vem haverá um fomento específico para projetos que tenham adesão a essa agenda ODS. Então eu lembro que são 17 objetivos, dentre eles um que se aplica – imagino – a todos nós, que é ‘educação de qualidade’. O quinto ponto: relacionado a isso, o prof. Wagner Ribeiro, a pedido do gabinete, está fazendo um levantamento de projetos que tenham relação com temas socioambientais, e sustentabilidade de modo geral. Então houve um censo que foi proposto em junho deste ano, e segundo esse levantamento a FFLCH só apresentou quatro projetos nesse quesito, o que foi considerado muito pouco pelo gabinete; de modo que o censo foi reaberto para envio de novas informações, existe um questionário que foi enviado aos representantes dos departamentos, e ele tem como data amanhã [22 de novembro]. Ele foi enviado semana passada. Por fim, o último ponto é um convite para toda a comunidade docente para uma rodada de conversas com o representante do CNRS na USP, professor François-Michel Le Tourneau, no próximo dia 04 de dezembro, às 18h00, na sala didática da Cátedra Jaime Cortesão, no prédio da História e Geografia. A gente vai enviar um e-mail com esse lembrete. São esses pontos [o que eu tinha para informar]. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Sim. CoPI 8689, de 03 de setembro. Já está no nosso site essa [Resolução], é mais fácil por lá. É isso. Obrigada”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Muito obrigado, Cristina. Queria esclarecer que estamos nesta sala hoje porque não conseguimos a 14, mas não vai ser sempre assim. E que acontece que neste momento está sendo reformada a ala onde está o Salão Nobre, no prédio da Administração. Então é um barulho que não dá mesmo, já tivemos várias ocasiões em que serviços da Administração tiveram que terminar antes, enfim. Vamos ver se para o dia 12 conseguimos a sala 14 desse prédio, que é muito melhor para trabalhar, não é? Bom, agora, então, vou passar a palavra ao Prof. Wagner”. *Expediente da Comissão de Cultura e Extensão: com a palavra, **Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro***: “Boa tarde a todos, todas. Eu queria fazer um agradecimento, um pedido, e três informes. O agradecimento é pelo Projeto Memória Negra, eu fiquei

ATA

extremamente emocionado e honrado por ter sido lembrado nesse projeto, realmente foi algo impressionante; à medida em que a gente vai subindo na gestão universitária, o racismo velado é o mais gritante: eu fiz uma *tatoo* (não por acaso) depois que eu virei Vice-Prefeito, e para bom entendedor a *tatoo* mostra muito. Então parabéns pela iniciativa, acho que isso foi algo muito importante, e eu fiquei pessoalmente muito honrado, porque eu não me apresentei, mas me identificaram como negro, pardo, enfim, e eu fiquei bastante feliz. Acho que esse é um momento que não pode passar simplesmente com o informe da professora Silvana, então eu cumprimento a ela e a todo o grupo que esteve envolvido com isso, parabéns. O pedido [por sua vez] é simples: está na nossa carta programa a ideia de promover uma mostra da produção textual da nossa faculdade, e eu estou tendo dificuldade em conseguir apoio dos colegas que porventura têm ou já tiveram experiência em elaboração de concursos dessa ordem. Eu gostaria que, por favor, se alguém tiver experiência nisso que me mande um e-mail etc., para a Comissão de Cultura e Extensão, eu acredito que nós temos muito a mostrar. Num primeiro momento eu não pensei em nada competitivo, é algo que possa simplesmente mostrar o que é gerado e é para a comunidade, eu não pensei em dividir, aluno, funcionário, professor, enfim, então fica o apelo aí, a quem achar que tem experiência e puder nos aportar algo, seria muito importante. Com relação aos informes, são três rápidos. O primeiro diz respeito à abertura de vagas para 60+; você deve ter recebido, o professor Adrian repassou uma mensagem para inscrição, lá tem o link da inscrição, é até o dia 05 de dezembro; eu acredito que é algo relevante nós recebermos [gente desse estrato], eu já estou nessa faixa, então fico muito interessado nessas questões. O segundo [informe]: quanto ao edital de Preservação e Curadoria de Acervos da USP 2024, nós recebemos na Comissão três propostas e havia o desafio de indicar apenas um, um por unidade. Bom, foi indicado por votação o projeto ‘Documentação, Digitalização e Difusão de Coleções Iconográficas do LISA’, coordenado pela profa. Roseli Satiko, do departamento de Antropologia. Isso se deu em votação no dia 14 passado, e outros dois projetos, um ‘Transformando o Acervo do LEMAD: Extroversão e Extensão para além da USP’, do Departamento de Geografia, e o outro ‘Preservação e Acesso à Memória Acadêmica: Organização, Conservação e Catalogação Eletrônica dos Conjuntos Documentais CEUPES’, no caso, o acervo importante dos professores José Sebastião Witter e João Baptista Borges Pereira. Enfim. Por votação, acabamos indicando o projeto da Antropologia. Lembrando que esse é um processo (entre aspas) ‘competitivo’ porque agora vai ser escolhido, vão ser contemplados alguns entre todos

ATA

os enviados, já são da ordem de vinte projetos, são 43 unidades da USP, imaginem vocês que essa etapa seguinte vai ser também bastante competitiva. É a palavra de ordem, no presente. Por fim, houve a inscrição de 83 cursos de verão. Eu fiquei extremamente feliz, surpreso. Isso corresponde a 6.300 vagas, no mês de fevereiro, e eu acho que isso é algo extraordinário, apenas um departamento não apresentou proposta, mas, enfim, isso me parece algo muito interessante e eu queria só lembrar que o que mais apresentou foi Letras, com 18, depois Filosofia, com 15, História com 11, e aí segue; eu diria que isso é algo realmente muito relevante, não é?, algo que dá uma enorme visibilidade para a nossa Faculdade, e eu fiquei de fato feliz porque há um engajamento bastante significativo dos pós-graduandos, e pós-doutorandos também, nesse processo. Então fica aí a dica para quem quiser pensar, eu acho que vale a pena fazer esse esforço. Estamos ampliando a nossa voz junto à comunidade. É isso. Muito obrigado”. Expediente da Comissão de Cooperação Internacional: com a palavra, Profa. Dra. Laura Moutinho da Silva: “Boa tarde a todas as pessoas presentes. Eu vou fazer quatro pequenos informes. O primeiro deles é que a gente disparou uma solicitação para que os departamentos enviem pessoas para ministrar o curso de Aspectos da Cultura Brasileira – a gente está pensando em replanejar esse curso, não é?, mas somente um departamento respondeu até agora, então a gente pede um pouco de atenção a esse pedido. Outro ponto. A gente se reuniu hoje de manhã, e uma coisa que a gente vai desenvolver melhor – eu só queria deixar aqui registrado – é que tem a possibilidade de alunos de pós-graduação registrarem no Janus os seus intercâmbios no exterior. Então a gente vai fazer uma conversa com vocês, César [da CPG], para ver um pouco como procede, mas isso é importante porque a gente está enfrentando, a gente está fazendo um primeiro levantamento dos dados sobre internacionalização, e na verdade a gente tem muito mais internacionalização do que a gente está conseguindo registrar, não é? Então acho que isso é bem bacana, porque daí vai aparecer na ficha do aluno, da aluna, que ele(a) teve um intercâmbio no exterior. Então, isso é uma coisa que a gente vai desenvolver em breve, mas eu já queria deixar todo mundo alertado. Além disso, no dia 30 de outubro eu compareci a uma reunião da AUCANI [Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional], um workshop, que foi muito interessante e eu queria também destacar porque outros editais devem ser abertos, e que foi justamente para intercâmbio entre funcionários da Universidade, que puderam passar de quinze dias a dois meses fora, para capacitação exterior. Foi muito interessante ouvir funcionários de toda a Universidade falando da importância desse momento de troca, de

ATA

conhecimento, de como funcionam outras burocracias, outras universidades, então eu acho que uma internacionalização precisa contemplar estudantes, professores e também funcionários, para que a gente faça um trabalho realmente qualificado. Por último, nesse último semestre, no segundo semestre de 2024, nove editais [foram abertos]; tem um agora aberto para mobilidade, para Yale, para mobilidade de pós-graduação; tivemos, já fechados, três editais, um de promoção e internacionalização no ambiente da USP, no qual houve um total de 15 bolsas, e a FFLCH foi contemplada com uma, que foi o Heitor [Frúgoli Junior] quem foi contemplado, não é? E a gente recebeu aqui um total de R\$14.000,00. Do edital do Programa Escala, para universidades da América Latina, foram cinco bolsas e a FFLCH recebeu uma, no valor de R\$2.800,00. Do edital Programa Mobilidade, com a Universidade de Buenos Aires e a USP, que contemplou docentes e pós-graduandos, foram duas bolsas e a FFLCH recebeu uma, no valor de R\$34.000,00. Bom, eu vou comentar os outros, mas antes eu queria chamar a atenção: estudantes da casa aplicam, mas docentes não, e então eu queria chamar a atenção de todas e todos aqui para esses editais de mobilidade docente, porque pelo menos a FFLCH não tem tido um número expressivo de pessoas aplicando. Tivemos ainda para pós-graduação, para doutorado, uma bolsa, que a FFLCH levou. [Outro ponto:] Mulheres na pós-graduação; nós temos uma parceria entre a AUCANI e a PRIP [Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento], que nos contempla, e de um total de 14 bolsas a FFLCH levou três, R\$60.000,00. O programa de intercâmbio de alunos de graduação para África, Ásia e América Latina [oficialmente, Programa de Bolsas de Intercâmbio Internacional de Graduação - África, América Latina e Ásia, da AUCANI] tem uma outra coisa importante que é o fato de que não foram contempladas todas as bolsas para a África; estas foram deslocadas então para América Latina e Ásia, e todas as pessoas que foram contempladas para ir a diferentes países africanos já desistiram. A gente está batalhando para a ampliação, é parte do nosso Projeto Acadêmico a ampliação de convênios com universidades africanas, porque a AUCANI oferta bolsas e a gente não tem convênios suficientes. Prosseguindo. Foram 72 bolsas [do programa referido para África, América Latina e Ásia] e nós acabamos recebendo 32; sem descontar os que já desistiram, foram R\$798.000,00. Com relação a internacionalização com inclusão, para a Graduação, de uma outra parceria entre a AUCANI e a PRIP foram 16 bolsas, das quais a FFLCH ficou com quatro, totalizando R\$56.000,00. Do Programa Escala, também com universidades da América Latina, para a Graduação, foram três bolsas, das quais a FFLCH levou uma, com

ATA

R\$2.800,00 (estamos super bem, não é?). E o Programa de Bolsas de Intercâmbio [Internacional] para os Alunos de Graduação USP [2024], do qual a gente levou um total de 30 bolsas. Bom. Fiquem atentos, e atentas, que em fevereiro a gente abre a nova chamada para intercâmbio na Graduação. Mas nesse momento aqui o que eu queria dizer é que a FFLCH levou, em bolsas, o valor de R\$1.807.000,00, o que eu acho que é um número expressivo, mas pode ser melhor. Então, são esses os informes. Obrigada”. Expediente da Comissão de Inclusão e Pertencimento e também o Expediente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos: Com a palavra, Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida: “Boa tarde a todes. Vai ser rapidinho, na verdade é só lembrar algumas coisas da CIP, de que eu tinha falado um pouco na Congregação anterior, e que volto a reforçar. Então, a PRIP está com algumas resoluções novas, algumas a gente já divulgou bastante, enquanto outras tiveram alguns probleminhas, que eu já vou contar. A primeira é do nome social, e então de novo lembrando a importância de a gente respeitar o nome social, e viabilizar que o nome social das pessoas esteja em todos os sistemas; é um baita de um desafio – não é, Marie? – porque os sistemas não conversam, a gente faz em um lado e não faz no outro, mas a PRIP baixou essa Resolução exatamente um pouco por conta de uma resistência interna, já que já era uma regulamentação estadual, em tese não precisaria ter a Resolução dentro da USP. De todo modo ela vem para reforçar a legislação estadual com relação ao respeito e ao uso do nome social, e ao nosso desafio de aprender também a usar o nome social e usar os pronomes que as pessoas demandam. Enfim. Eu sei que é um desafio, é um aprendizado, mas é o que a gente tem que fazer, não é? A outra questão é o que eu falei na última reunião, na última Congregação, que tinha uma portaria nova sobre a questão do Transtorno do Espectro Autista, e que a gente teria que colocar isso nesse novo sistema, o Sankofa. Mas, o sistema Sankofa deu problemas, e então o que a gente está fazendo é: os alunos que estão tendo problemas específicos, estão enviando e-mails para mim, na CDDH (e agora a gente tem o e-mail novo da CIP, também), e a gente está intermediando diretamente com os docentes quando os alunos precisam de alguma adaptação. No entanto o que eu venho pedir aqui é que os colegas compreendam essa nova situação, que o Transtorno do Espectro Autista está classificado como uma deficiência, e isso é novo, não é?, ou seja, a gente tem que, às vezes, viabilizar algumas coisas diferentes para alunos que apresentem esses laudos. TDAH [por exemplo], que não está incluído, o principal é o Transtorno do Espectro Autista, mas que a gente pode também a partir da demanda adaptar algumas situações para os alunos. Mas o

ATA

obrigatório [por lei] de começo é o Transtorno do Espectro Autista. Muitas vezes o aluno pede uma coisa muito simples, uma hora a mais de prova, não ter que apresentar em público o trabalho, [por exemplo] são duas coisas das mais recorrentes, pelo menos do que eu recebi até agora. Ou seja, eu peço a vocês que conversem com os colegas de departamento para ter bom senso e seguir essa regra, pois ela já está instaurada. Em breve a gente vai ter uma nova regra, mas ela não saiu ainda, sobre os casos de violação de Direitos Humanos. Vai haver mudanças nas regras e nas formas de fazer eventuais sindicâncias, que não serão mais feitas internamente. A Marie já está acompanhando, a gente teve dois casos – bom, tema delicado, eu vou falar de coisas difíceis – a gente teve dois casos de estupro de estudantes nossas no CRUSP, na moradia universitária, e eles já foram encaminhados para a sindicância e – aliás, para processo administrativo mesmo, não foi nem sindicância, uma vez que tinha o B.O., o Boletim de Ocorrência. Assim, esses casos estão correndo agora na Procuradoria, e nesta já temos pessoas novas, especializadas, para julgar esse tipo de situação. Então como isso é muito difícil de a gente fazer internamente, eu já fiz aqui, não sei quantos aqui de vocês já passaram por isso, por processo administrativo interno de casos desse tipo; eu já passei, e sei que outros colegas já passaram também, não é?, e como é muito delicado, é muito bom – pelo menos idealmente me parece bom que isso vá para a Procuradoria. Depois a gente vê como é que anda, mas eu tenho a sensação de que vai ser melhor, inclusive o Procurador Disciplinar que está a frente disso até me procurou, e disse que eu vou poder ir lá, visitar, ver o que eles estão fazendo etc. De muitos desses processos os depoimentos podem ser feitos on-line, o que também ajuda, simplifica, em algumas situações. Acho que é só isso. Obrigada”. Expediente da Biblioteca: Não houve. Expediente da bancada dos funcionários: Não houve. Expediente da bancada dos discentes: com a palavra, Sra. Vitória Torrer Nunes: “Boa tarde a todas, todos e todes. Eu sou a Viti, sou representante discente aqui na Congregação, sou estudante de História, do último semestre, e, bom, eu tenho duas coisas para falar. A primeira é que na última semana a gente teve lá na História o Congresso dos Estudantes, e então uma série de moções e de resoluções foram aprovadas, que vão guiar basicamente a luta dos estudantes da História, e do Movimento Estudantil dentro da História, nesses próximos dois anos até a realização de um novo Congresso. Uma delas, que eu queria mencionar aqui, é a luta pelo CAPH, que é o Centro de Apoio à Pesquisa em História; no momento ele faz parte do organograma do Departamento de História, mas tem enfrentado uma série de dificuldades financeiras (só temos três funcionárias lá, para lidar com toda a demanda que aquele centro

ATA

de apoio à pesquisa tem), uma situação que está bem difícil; a própria questão do espaço mesmo, a estrutura não é adequada para guardar todos os documentos e a memória da Universidade, e da História, da ciência brasileira, que está ali. Então é muito importante que a gente coloque os olhos para o Centro de Apoio à Pesquisa em História, e consiga observar aquele lugar como um espaço para a gente lutar. Um dos pontos que a gente tirou das resoluções é justamente que ele se torne no futuro um órgão interdepartamental, uma vez que os recursos dentro do Departamento de História ainda são escassos. Assim, indo para a FFLCH, não é?, indo para as mãos da Faculdade ele teria um pouco mais de recursos do que dentro do departamento. Essa é uma das lutas, que a gente já está colocando aqui, mas ainda vai ser elaborado um projeto, a gente pretende conversar com a Direção e tudo mais, com o próprio departamento, a direção do CAPH, para discutir isso. O segundo ponto é o do GT dos banheiros agênero, que vai ser colocado aqui, é a última pauta, e eu gostaria de pedir a todos que permaneçam até o final, até chegar essa pauta, porque ela é extremamente importante. Nela, um dos pontos é que os banheiros agênero são sim uma possibilidade, a gente já vê em outras unidades da USP, por exemplo o MAC, Museu de Arte Contemporânea, no térreo os banheiros não têm gênero e então eles têm uma adequação, com as cabines isoladas, de modo que todos podem usar os banheiros em que se sentem mais confortáveis, então eu peço para que todos permaneçam, para a gente poder discutir isso e aprovar de alguma forma o projeto que o GT vai apresentar”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Obrigado. Bom, vou esclarecer duas coisas. A respeito do CAPH, na reunião da Comissão de Infraestrutura, depois de várias consultas ao Departamento de História, e de uma plenária do Departamento de História, então sentindo-nos autorizados por essa plenária, na última reunião da Comissão de Infraestrutura decidimos encaminhar o projeto de reforma do CAPH, que já está feito, como uma solicitação de obra especial, por fora do que são as obras que entraram na proposta orçamentária para 2025. Por fora, porque seria impossível colocá-lo dentro dessa proposta. Mas como existe essa possibilidade que foi aberta pela Reitoria, a gente decidiu encaminhá-lo juntamente com a reforma dos auditórios do prédio de Geografia e História, e juntamente com alguns aspectos de climatização. Previamente a isso, a Comissão de Infraestrutura tinha aprovado a compra de um desumidificador, que foi uma demanda do CAPH que recebemos pouco depois de assumirmos o cargo. Então, [quanto a] o desumidificador está garantido que vamos licitar, [e quanto a] o resto vamos ver que resposta recebemos da Administração Central. [Por sua vez,] já que a representante discente

ATA

se referiu à proposta dos banheiros, eu quero esclarecer que está como um item para que os proponentes, que são os GTs de alunos do prédio do meio, apresentem, não é um item cuja votação nós prevejamos hoje. Entre outras coisas, porque primeiramente é algo que precisa estar muito claro, muito clara a discussão no próprio prédio, de modo que o entendemos como uma apresentação que se faz hoje. Bom, agora, tem mais um representante discente pedindo a palavra”. *Com a palavra, Sr. Francisco Napolitano Viotto*: “Boa tarde. É um informe bastante rápido. Peço desculpas pela minha voz, eu não estou muito bem de saúde hoje. Queria só passar um informe de que essa semana agora a gente teve um evento bastante importante na Faculdade, realizado pela ESPP [Estudantes em Solidariedade ao Povo Palestino], em que a gente teve uma feira árabe-palestina aqui no vão da História, alguns de vocês devem ter visto, e eu acho que é importante comunicar a todo mundo. Também agradecer a presença de quem foi, dos professores que participaram e tudo mais. E para aqueles que não estejam cientes, a gente teve no final dessa feira uma manifestação por conta de um processo – acho que vários de vocês já estão sabendo – que a USP está movendo contra estudantes da nossa Universidade, por se manifestarem em prol da causa palestina, utilizando artigos do Regimento disciplinar da época da ditadura, para expulsão desses estudantes – a ameaça é de expulsão, o que é algo muito grave. Enfim. Quero deixar o informe dessa feira, que foi muito bonita, muito importante politicamente, e também culturalmente, com manifestações, culinária da região, foi um evento bastante importante. Também, só queria deixar registrado aqui, reforçar o agradecimento pela solução que a gente teve da questão da inscrição para o ranqueamento da Letras, dos nomes sociais de estudantes trans do nosso curso, porque isso é uma coisa em relação à qual a gente teve já uma série de constrangimentos com estudantes nos últimos anos. Mesmo agora, recentemente, no Congresso de Estudantes da Letras, a gente teve a lista de votantes para as pessoas participarem da plenária final com os nomes corretos, com os nomes sociais e não os nomes mortos, e isso foi bem importante também, então [quero] agradecer o empenho dos funcionários na solução desse problema. Continuando, vai ser apresentado também pelo GT aqui do prédio do meio sobre os banheiros agênero, mas [quero] já deixar claro que da parte do Centro Acadêmico da Letras a gente tem total acordo e apoio a essa proposta, não só para o prédio do meio mas que seja uma coisa que se expanda para toda a Universidade, para o prédio da Letras e para os outros prédios, acho que esse é um passo que a gente tem que dar, no próximo período. Por fim, [queria] agradecer à representante no Conselho Universitário

ATA

daqui da Congregação pela leitura da moção pelas quotas trans, que é uma campanha muito importante e que está sendo fortalecida, vocês devem estar acompanhando que tem diversas universidades, aqui no Estado de São Paulo, que estão aderindo às quotas trans, de modo que a nossa Universidade não seja a única a aderir a um regime de quotas nesse quesito também. Obrigado”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Obrigado, Francisco. Melhoras. Bom, agora, antes de passarmos para a pauta estão inscritos [para falar] dois colegas, Daniel Strum e Anselmo Alfredo. Depois, passamos para a pauta, sim? Daniel, por favor”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Daniel Strum***: “Bom. Boa tarde a todos e todas aqui. A minha fala é muito curta, eu queria pedir apenas a inclusão na pauta da próxima Congregação de uma proposta de valorização da carreira docente, com base nas reservas orçamentárias; é uma proposta que já foi aprovada por unanimidade no Departamento de Letras Modernas, no Departamento de Geografia, e, pelo que eu entendo, acho que vai ser pautada pelo menos no Departamento de Linguística e no de História, em dezembro também. Então, acho que aproveitando isso, seria interessante que a Congregação deliberasse sobre isso, e eu me comprometo a enviar os materiais relevantes. É isso”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Muito obrigado, Daniel. Se todos concordarem podemos pensar em já colocar em pauta para o dia 12, e sendo assim o que eu pediria é que a documentação seja enviada para que façamos como fizemos desta vez com os concursos, quer dizer, enviar previamente a todos os membros para que tenham tempo de ver, de avaliar, não é? Ou de apresentar alternativas. Anselmo, por favor. E depois, Marie também se inscreveu”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Anselmo Alfredo***: “Na verdade é sobre o Co. Eu fiz o seguinte. Pelo que se projetou lá, em termos de reposição docente, eu compreendi que nesse quadro não existe a possibilidade de formas concorrenciais, eu entendi que é isso que se propõe, que é uma reposição que a gente chama de reposição automática. Mas eu queria saber se houve menção da Reitoria de que não haverá edital concorrencial. Ou se a Reitoria nem sequer mencionou esse aspecto. É isso”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Na minha memória, não houve menção. E Marie confirma que também pensa que não houve essa menção. Então, agora, Marie, por favor”. *Com a palavra, **Sra. Marie Márcia Pedroso***: “Bom. Boa tarde a todas e todos. Eu só tenho dois informes, vai ser bem rápido. Com relação aos PcDs, já vou adiantando aqui, é um adiantamento, a gente vai falando sempre, reafirmando os termos: a FUVEST, todos os anos, quando sai a sua lista de aprovados, nos encaminha a lista daqueles aprovados com necessidades especiais. Nos encaminha a primeira lista e também a segunda.

ATA

O que acontece? As salas do primeiro ano já estão distribuídas, e aí quando nós recebemos a informação temos a necessidade (a depender da necessidade especial) de fazer um remanejamento. Por isso já vamos alertando aos chefes de departamento e aos coordenadores de área, de cursos, que vão prevenindo os colegas. Nessa lista também vem a relação dos alunos autistas. Nós – agora vai melhorar com a parceria com a CIP – informamos aos departamentos que há alunos nessas condições, e que esses cursos providenciem salas, e que já fiquem de antemão com salas preparadas, porque às vezes o aluno autista não consegue nem fazer a prova na sala de aula, tem que ter um espaço em separado para ele. Então, eu sei que há uma questão difícil de espaços na unidade, [e por isso mesmo] a gente já vem pedindo as providências logo no início de cada semestre, para que os departamentos e os cursos façam a sua parte. Segundo ponto. É a questão da representação discente. Hoje se encerra a primeira fase da [eleição para] representação discente, e então, bancada estudantil, nós não conseguimos inscrições para todas as cadeiras; amanhã nós divulgamos, na próxima semana passa-se o prazo de apresentação de recursos; abriremos novamente as inscrições para as cadeiras que não tiveram apresentação de representação. Por que estou falando disso? Porque, e principalmente alertando aos cursos de pós-graduação, às CCPs [Comissões Coordenadoras de Programa]: CCP não pode deixar de ter representação discente. Então nós vamos soltar a lista, e que previnam seus cursos da importância da representação discente em todos os colegiados. Eu estou buscando aqui [no computador] uma normativa, e nesta portaria vai sair um adendo informando que na abertura da próxima semana serão apresentadas mais 14 cadeiras, porque as coordenações de curso têm representação discente, e é uma norma da Secretaria Geral. As eleições, no caso, são feitas pela Assistência Acadêmica, e nós estamos buscando meios para que nessas inscrições também consigamos colocar mais 14 cadeiras para inscrição de representantes; peço aos professores que estão dando aulas que divulguem isso. Por que a eleição é agora? Ela vai ser realizada nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, porque as eleições de representação estudantil têm que ser feitas dentro do semestre letivo; se deixarmos para fazê-las no início do próximo semestre, vários colegiados estarão sem a representação discente. Assim, numa conversa prévia com as representações discentes hoje com assentos, optamos por fazer a eleição agora, e então é tudo a toque de caixa, nós precisamos da cooperação de todos no sentido de divulgar, para que se tenha representação discente em todas as comissões. Obrigada”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Obrigado, Marie. Bom, então vamos à ordem do dia. Eu proponho

ATA

que primeiro votemos os itens que, digamos, não requerem discussão, sim?”. II - ORDEM DO DIA - 2 - ABERTURA DE EDITAL DE INSCRIÇÕES - TITULAR - (votação aberta): 2.1 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA: ÁREA DE GEOGRAFIA HUMANA - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-6, TITULAR, cargo/claro nº 173118 - Proc.: 24.1.1792.8.9 - Período de inscrição: 180 dias. Programa: 1) História da Geografia; 2) O espaço geográfico no período de globalização; 3) Modernização e relação sociedade natureza na passagem para o século XXI; 4) Teoria e Método da Geografia; 5) Dinâmicas territoriais, região e regionalização; 6) A relação da Ciência Geográfica dentro do contexto dos saberes disciplinares; 7) Geografia e Filosofia; 8) Territórios tradicionais na América Latina; 9) Das economias regionais aos circuitos espaciais produtivos; 10) O mapa e a renovação da Geografia; 11) Geografia e financeirização. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA - 3 - PROGRAMAS DE LIVRE-DOCÊNCIA PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE LIVRE-DOCÊNCIA NOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS A PARTIR DO 1º SEMESTRE DE 2025: 3.1 - O DA propõe a ABERTURA somente do programa da "Área de Antropologia das populações africanas e afro-brasileiras" e ALTERAÇÃO DOS PONTOS: 1. Antropologia do capitalismo; 2. Antropologia do colonialismo; 3. Antropologia do estado; 4. Antropologia da globalização; 5. Antropologia da história; 6. Antropologia do nacionalismo; 7. Antropologia do socialismo; 8. Antropologia do tempo; 9. Diáspora africana; 10. Racialidade, aprovado no CD de 08/11/2024, em formato HÍBRIDO. 3.2 - O DF propõe a ABERTURA somente do programa ÁREA DE FILOSOFIA GERAL, aprovado no CD de 08/11/2024, em formato HÍBRIDO. 3.3 - O DTLIC propõe a ABERTURA somente do programa ÁREA DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA: GÊNEROS LITERÁRIOS, RUPTURA E MODERNIDADE, aprovado no CD de 06/11/2024, em formato HÍBRIDO. 3.4 - O DH propõe a ABERTURA somente do programa ÁREA DE HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL, aprovado no CD de 14/11/2024, em formato HÍBRIDO. 3.5 - O DG propõe a ABERTURA somente do programa GEOGRAFIA AGRÁRIA II, aprovado no CD de 13/11/2024, em formato HÍBRIDO. 3.6 - O DLCV propõe a ALTERAÇÃO do programa "ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA, DISCIPLINA: SÉCULO XIX: POESIA E PROSA" para "ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA, OPÇÃO 07: SÉCULO XIX: FICÇÃO E POESIA”, aprovado no CD de 14/11/2024. Programa: 1. Gonçalves de Magalhães: história da literatura do Brasil 2. Meditação, de Gonçalves Dias 3. A epígrafe em Gonçalves Dias 4. Os hinos à natureza no romantismo brasileiro 5. Álvares de Azevedo 6. O

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ATA

romance histórico no romantismo brasileiro 7. A literatura de viagem no romantismo brasileiro 8. Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida 9. O homem, de Aluísio Azevedo 10. O Ateneu, de Raul Pompeia 11. Esaú e Jacó, de Machado de Assis. 3.7 - O DLCV propõe a ABERTURA somente dos programas: ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA: SÉCULO XIX: FICÇÃO E POESIA e ÁREA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA: OPÇÃO 1 - FILOLOGIA PORTUGUESA, aprovado no CD de 14/11/2024, em formato HÍBRIDO. III - ADITAMENTO - 2 - PROGRAMAS DE LIVRE-DOCÊNCIA PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE LIVRE-DOCÊNCIA NOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS A PARTIR DO 1º SEMESTRE DE 2025: 2.1 - O DLM propõe a ABERTURA somente dos programas: ÁREA DE LITERATURA ALEMÃ, DISCIPLINA: LITERATURA ALEMÃ II, ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA ITALIANA, DISCIPLINA: LITERATURA ITALIANA, ÁREA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS, DISCIPLINA: TRADUÇÃO, aprovado no CD de 04/11/2024, em formato HÍBRIDO. **APROVADOS POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA - 4 - CONCURSO DOCENTE - LIVRE-DOCÊNCIA - RELATÓRIO FINAL - (votação aberta): 4.1 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - ÁREA DE GEOGRAFIA HUMANA - Disciplina: Introdução à Cartografia - Edital FFLCH Nº 001-2024 de 29/12/2023 (Proc.: 23.1.550.8.0) - Realização: 29 a 31 de outubro de 2024. Candidata aprovada e indicada: Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca Relatorio Final - Cartografia.pdf - 4.2 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - ÁREA DE GEOGRAFIA URBANA I - Edital FFLCH Nº 058-2024 de 05/07/2024 (Proc.: 24.1.991.8.8) - Realização: 11 a 13 de novembro de 2024. Candidato aprovado e indicado: Prof. Dr. Fábio Betioli Contel Relatorio final.pdf - 4.3 - DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - ÁREA DE LITERATURA BRASILEIRA - Disciplina: Século XX: Poesia e Prosa - Edital FFLCH Nº 058-2024 de 05/07/2024 (Proc.: 24.1.991.8.8) - Realização: 30 de outubro a 01 de novembro de 2024. Candidato aprovado e indicado: Prof. Dr. Ivan Francisco Marques RELATÓRIO FINAL.pdf - **APROVADOS POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA - 5 - ABERTURA DE EDITAL DE INSCRIÇÕES - DOUTOR - (votação aberta): 5.1 - DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - ÁREA DE MÉTODOS QUANTITATIVOS EM TEORIA E PESQUISA EMPÍRICA NA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA - Cargo: 01, RDIDP, ref. MS-3.1, cargo/claro: 1246992 - Edital FFLCH/FLS Nº 064-2024 - Proc.: 24.1.1678.8.1 - em duas fases. Período de inscrições: 90 dias. Programa: 1. Causalidade,

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ATA

compreensão e explicação em Ciências Sociais; 2. Análise multivariada e sua aplicação em Ciências Sociais; 3. Possibilidades e limites do uso de surveys; 4. Aplicações de pesquisa longitudinal nas ciências sociais; 5. O uso de indicadores e medidas sintéticas em ciências sociais; 6. Teoria e métodos no uso de registros administrativos e sistemas públicos de informação; 7. Teoria e métodos no uso de GIS aplicado às Ciências Sociais; 8. Ciências Sociais Computacionais; 9. Big Data e Ciência de Dados na pesquisa sobre fenômenos sociológicos; 10. Métodos e técnicas de pesquisa sociológica em ambientes digitais; 11. Programação e automação algorítmica aplicada às ciências sociais. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA - 6 - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - RECURSO SUBMETIDO À CONGREGAÇÃO - votação aberta: 6.1 - Edital FFLCH/FLG nº 030-2024 de 29/12/2023 - Concurso Público para Professor Doutor do Departamento de Geografia, área de Geografia Política - (Proc.: 23.1.2630.8.1) - RECURSO IMPETRADO PELO CANDIDATO: Sr. Marcos Antônio Fávaro Martins Recurso de inscricao - MARCOS ANTONIO FAVARO MARTINS.pdf - PARECER - MEMBRO DA CONGREGAÇÃO: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco Parecer RECURSO - Prof Dr Lincoln Ferreira Secco - FLG 030-2024.pdf - anexo 1 **RECURSO NÃO ACATADO.** Abertura de Edital - aprov CD.pdf - anexo 2 Abertura de Edital - aprov Congregacao.pdf - anexo 3 FLG 030-2024 - DR - GEO POLITICA - Edital e retif.pdf anexo 4 Parecer membro congregação - inscrição - Monica Ferreira Mayrink.pdf - anexo 5 Aprov Insc Banca - Congregacao.pdf - anexo 6 FLG 030-2024 DR GEOGRAFIA POLÍTICA - HOMOLOGAÇÃO e CONVOCAÇÃO.pdf - **APROVADO POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA - 7 - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - RELATÓRIO FINAL - (votação aberta): 7.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS - ÁREA DE LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA COREANA - Edital FFLCH/FLO Nº 036-2024 de 30/01/2024 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - nº 1243284 - Proc.: 24.1.61.8.0 - Realização: 30 de outubro a 01 de novembro de 2024. Candidatos aprovados: Luís Carlos Barroso de Sousa Girão, Ji Yun Kim. Candidata aprovada e indicada: JI YUN KIM RELATÓRIO FINAL.pdf - 7.2 - DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - ÁREA DE LITERATURA INFANTO-JUVENIL - Edital FFLCH/FLC Nº 023-2024 de 08/01/2024 - Cargos: 02, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - nº 1242376 e 1242377 - Proc.: 23.1.2623.8.5 - Realização: 23 de setembro a 02 de outubro de 2024. Candidatos aprovados: Fabiana Valeria da Silva Tavares, Francisco Thiago Camêlo da Silva, Jaqueline Castilho Machuca, Paulo César Ribeiro Filho, Maria Auxililadora Fontana

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ATA

Baseio, Sandra Trabucco Valenzuela, Isabel Lopes Coelho, Valnikson Viana de Oliveira. Candidatos aprovados e indicados: FRANCISCO THIAGO CAMÊLO DA SILVA, PAULO CÉSAR RIBEIRO FILHO Relatório Final - Infanto Juvenil.pdf - 7.3 - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - ÁREA DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - Edital FFLCH/FLH N° 008-2024 de 26/12/2023 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - n° 1241885 - Proc.: 23.1.2562.8.6 - Realização: 21 a 25 de outubro de 2024. - Candidatos aprovados: Marina Juliana de Oliveira Soares, Francisco Rômulo Monte Ferreira, Gisele Cristina da Conceição Bracht, Isabella Bonaventura de Oliveira. - Candidata aprovada e indicada: GISELE CRISTINA DA CONCEIÇÃO BRACHT relatorio final.pdf - **APROVADOS POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA - 8 - INGRESSO E/OU RENOVAÇÃO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SÊNIOR (votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque): 8.1 - O Departamento de Filosofia encaminha, devidamente aprovado em reunião do Conselho Departamental de 01/11/2024, o pedido de renovação como Professor Sênior para o Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento. renovação senior Milton Meira.pdf - 8.2 - O Departamento de Antropologia encaminha, devidamente aprovado pelo Conselho do Departamento em 08/11/2024, o pedido de ingresso como Professor Sênior, para o Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva. Professor Sênior.pdf - 8.3 - O Departamento de Geografia, encaminha devidamente aprovado ad referendum pelo Conselho do Departamento, o pedido de renovação como Professor Sênior, para o Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa. Oficio DGEO Senior - Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa.pdf - **APROVADOS POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA - 9 - ATAS PARA APRECIACÃO: 9.1 - ata 423ª ORDINÁRIA - para apreciação ATA 24.05.23 - PARA APRECIACÃO NA CONG DE 21-11-2024.pdf - 9.2 - ata 426ª ORDINÁRIA - para apreciação ATA 24.09.26 - PARA APRECIACÃO NA CONG DE 21-11-2024.pdf - **APROVADAS POR UNANIMIDADE.** III - ADITAMENTO - 1 - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - AÇÕES AFIRMATIVAS - votação aberta: 1.1 - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - ÁREA DE HISTÓRIA DA ÁSIA - Edital FFLCH/FLH N° 013-2024 de 08/01/2024 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - n° 1243306 - Proc.: 24.1.23.8.1 - Banca de heteroidentificação: Robson Dantas Vieira, Silvana de Souza Nascimento, Manoel Galdino Pereira Neto, Fernanda Landucci Ortale, Marie Márcia Pedroso. Parecer favorável ao candidato: Soheb Ur Rahman Niazi Relatorio Heteroidentificacao.pdf - **APROVADO POR UNANIMIDADE.** *Com a palavra,*

ATA

Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul: “Bom, agora sim, podemos ir para [os itens da] ordem do dia [que demandam discussão]”. II - ORDEM DO DIA - 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA: 1.1 Proposta sobre mudanças urgentes no Regimento da Faculdade. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Este item está relacionado diretamente ao item 1.4” - II - ORDEM DO DIA - 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA: 1.4 - Alteração no Regimento da FFLCH: Regimento do Centro de Pesquisa e Inovação Especial (CEPIx) -Núcleo de Estudos da Violência (NEV) Regimento NEV CEPIx revisado final 1.pdf. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Vou explicar as duas coisas juntas. Vocês devem lembrar, talvez lembrem os que estavam nessa época, que em 2017 a Congregação aprovou uma série de modificações no Regimento da Faculdade; esse processo com modificações foi para onde vão habitualmente as mudanças de Regimento, a Procuradoria Geral, Comissão de Legislação e Recursos, e voltou para a faculdade depois de bastante tempo parado. Por que voltou? Não por objeção a nenhum dos itens que tínhamos aprovado naquele momento, mas porque no caminho, nesse intervalo que passou, houve várias modificações no Regimento Geral da USP, às quais a Faculdade precisa se adaptar. A principal talvez seja a criação da PRIP, e em consequência a necessidade de que, como estão fazendo outras unidades, nós façamos no nosso Regimento a modificação necessária para que a nossa Comissão de Inclusão e Pertencimento esteja devidamente estatuída. E também as modificações necessárias para acolher o CEPIx [Centro de Pesquisa e Inovação Especial], por meio de uma emenda que já foi inclusive redigida pela própria Procuradoria Geral. Então. Pensando na urgência dessas duas modificações para que a CIP possa funcionar, e para que a situação do CEPIx esteja, digamos, totalmente instituída, pensamos com a Assistência Acadêmica na seguinte proposta, que eu trago aqui para ver se a Congregação nos autoriza: trabalhamos durante janeiro, digamos, em uma comissão técnica, exclusivamente, das assistências e da Direção, para com base no texto enviado em 2017, quer dizer, as emendas já aprovadas pela Congregação em 2017, dar uma forma às modificações necessárias para a inclusão da CIP e para a inclusão do CEPIx, e aí trazê-lo para a Congregação de fevereiro, e depois enviá-lo de novo. Para que isso possa ter andamento o antes possível. Eu estive vendo na pauta dos últimos Conselhos Universitários, e a maior parte das propostas de modificação de Regimento que chegaram, e que pelo geral são sempre aprovadas pelo Co, comumente foram aprovadas seis meses antes pela Congregação da unidade correspondente. Não é que teríamos que esperar muito tempo. Feito isso, como a

ATA

nossa última modificação de Regimento foi em 2017, e pode haver interesse de setores da Faculdade em propor outras modificações, não apenas porque a Faculdade cresceu, mas também porque o tempo passou, porque temos outras necessidades, então abriríamos para que durante o ano de 2025 os departamentos que assim desejarem, e os agrupamentos que assim desejarem, pensem outras modificações para o Regimento, e tendo o tempo necessário para que mais para a frente, mais para o final do ano que vem, [todo o corpo de alterações] seja trazido à Congregação. Agora, porém, seria encaminhar isto que é bastante urgente. Essa é a ideia, e eu pergunto se a Congregação concorda que procedamos dessa maneira. Sim? **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Então faremos assim. Durante janeiro funcionaríamos em uma comissão, e trazemos em fevereiro uma minuta para aprovação, e já poderemos encaminhar essas modificações de Regimento. Depois, fica aberto para que durante o ano os diferentes departamentos pensem se querem fazer outras modificações. Está bom? Muito bem. Sim? [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Trata-se de uma pequena alteração no Regimento. Marie pode explicar melhor isso, sim?”. *Com a palavra, Sra. Marie Márcia Pedroso:* “O CEPIx, não sei se todos sabem, o professor explicou, é um programa novo que a Reitoria criou; na Faculdade teremos dois, um é o do CEM [Centro de Estudos da Metrópole], que foi aprovado na Congregação de setembro, e por um lapso meu não coloquei na Congregação de outubro [o outro CEPIx, que é o do NEV - Núcleo de Estudos da Violência]; por isso ele está sendo remetido hoje para aprovação. Porque nós precisamos dessas aprovações. Complementando o que o professor Adrian informou, nós estamos com um bolo de protocolados, de aprovações, do nosso Regimento, [acumulados] ao longo do último ano e meio, [por exemplo] criação de alguns centros, como o Centro de Estudos Palestinos mais recentemente, e agora os CEPIx. Eles estão todos sendo enviados ‘picados’ para a Procuradoria Acadêmica. Esses ‘picados’, a cada diligência que eles nos mandam fazem crescer ainda mais a burocracia, e por isso nós vamos fazer esta força-tarefa de puxar tudo que é necessário atualizar no nosso Regimento; alguns protocolados já estão inclusive em encaminhamento; desses CEPIx, o CEPIx do CEM já está na Reitoria, e o CEPIx do NEV, sendo aprovado hoje, desce para a Reitoria amanhã”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Então, o que eu coloco... perdão?”, [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] ‘CEPIx’ é uma reformulação de ‘CEPID’. Enfim, linguagem inclusiva. Não, não é linguagem inclusiva. Não sei porque é. Bom. [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Sim, Sim. Eduardo, você quer falar?

ATA

Está bem. [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Bom, nós já comentamos isso quando se deu a aprovação do Centro de Estudos da Metrópole, mas tudo bem, Eduardo, se quiser [intervir]”. *Com a palavra, Prof. Dr. Eduardo César Leão Marques:* “Então. Eu sou o diretor do outro CEPIx, o Centro de Estudos da Metrópole, e o Marcos Alvarez [diretor do NEV] não pôde estar aqui, e aí eu tinha dito para ele que se houvesse alguma dúvida eu poderia tirar, uma vez que o procedimento é o mesmo. Na verdade, a inclusão dos dois CEPIx já foi aprovada por essa Congregação, em junho [deste ano]. Só que faltou aprovar os Regimentos dos dois; o do CEM foi aprovado na Congregação de setembro, e o do NEV está passando hoje. Essa aprovação do Regimento é uma condição para fechar o processo de criação, e para que a Reitoria possa dar seguimento às próximas atividades relacionadas com os CEPIx, que são na verdade concursos de técnicos associados ao centro. Na realidade é um assunto totalmente não polêmico, porque é a aprovação de um negócio que já foi aprovado anteriormente”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Isso. E precisamos dessa aprovação de Regimento para poder encaminhar o concurso do técnico que vem junto com a criação do centro. Então eu pergunto à Congregação se podemos aprovar o novo Regimento do Núcleo de Estudos da Violência, pode ser? Sim, diga. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Bom. Lembrando que era um CEPID, com ‘d’ final. [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Não. Bom, é um tipo de centro que, entendo, é criado a partir de editais da FAPESP, e, enfim, são centros de pesquisa que recebem uma verba que tem a ver com seus objetos, aqui na área de Humanidades nunca são [verbas] muito grandes, mas, podem ser bastante volumosas, e que podem [os centros] trazer a contratação de um docente; e de funcionários, inclusive. [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] É. Exatamente. [Novas intervenções não captadas pelo equipamento de áudio] De nada. Então, temos o item sobre concursos docentes, e temos o item da Comissão de Cargos Docentes, mas eu passaria primeiro para os itens 1.5 e 1.6, que eu também penso que são bastante breves, não é?”

II - ORDEM DO DIA - 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA - 1.5 - O Departamento de Sociologia apresenta a candidatura da Doutora Miriam Abramovay ao “Programa de Bolsas para Professores Visitantes da Universidade de São Paulo” candidatura da Dra_Miriam Abramovay Programa de Bolsas Prod Visitante.pdf - **APROVADO POR UNANIMIDADE.** 1.6 - CONCESSÃO DE DIPLOMA SIMBÓLICO DE HOMENAGEM POST MORTEM AO ALUNO PEDRO DUQUE NARDELLI

ATA

WANDERMUREN CONCESSÃO DE DIPLOMA SIMBÓLICO DE HOMENAGEM POST MORTEM AO ALUNO PEDRO.pdf - **APROVADO POR UNANIMIDADE**. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul*: “Bom. Eu passaria ao item da Comissão de Cargos Docentes, porque imagino que será mais breve que o dos concursos, porque eu entendo que a Comissão chegou a um acordo, não é? Assim, por favor, o prof. Ricardo vai representar a Comissão? Sim? Ele é o coordenador da Comissão”. *Com a palavra, Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima*: “Boa tarde. A Comissão então preparou essa apresentação [está sendo projetada para a Congregação uma apresentação de slides], e eu agradeço como sempre aos funcionários, que nos dão muito apoio, o Nelson, a Marie, a Rosângela Duarte, e aos colegas também, professores, enfim. A gente chegou a essa posição, a essa recomendação da Comissão a respeito de oito cargos, referentes a oito aposentadorias que ocorreram na nossa Faculdade, no período digamos de quase um ano. Porque tem um professor da História que se aposentou em novembro do ano passado. Aí [no slide] aparecem os nomes dos oito professores, organizados por ordem alfabética dos departamentos: a profa. Sylvia Caiuby, da Antropologia; o prof. José Antonio Alves Torrano, do DLCV; o prof. Gildo Magalhães, da História; Jorge Grespan, da História; Osvaldo Coggiola, também da História; Véronique Dahlet, do DLM; o prof. Moacir Amâncio, de Letras Orientais, e o prof. Glauco Arbix, da Sociologia. São esses oito cargos que estão atualmente vagos. Muito bem. Nós pedimos a manutenção porque a faculdade tem direito a manter, nela, na unidade, os oito cargos. Isto se dá em função das diretrizes publicadas pela CAA, que é a Comissão de Atividades Acadêmicas ligada ao Co, à Reitoria. Tal Comissão determina que os cargos vagos de professor titular fiquem nas unidades desde que elas tenham uma média inferior à média da USP; por ‘média’ a gente quer dizer: número de titulares em relação ao número total de docentes da unidade. Hoje, a Faculdade tem oitenta e três cargos de professor titular. Ativos são setenta e dois, três em provimento, e são esses oito vagos que cabe à Congregação decidir hoje. Nós estamos hoje com 412 docentes, e já que veio à tona essa questão da reposição dos aposentados, vejam, nós realmente estamos aguardando ansiosamente essa portaria do Reitor. Porque a própria Faculdade tem hoje, em relação aos 478 docentes que já teve – e se formos somar o melhor momento de cada departamento nós chegamos a 486 docentes –, nós temos hoje 66 docentes a menos do que já tivemos. Isso corresponde a 15% a menos. Nós temos neste momento um quadro de 86% dos docentes, já tendo sido iniciada a reposição (e na verdade eu diria que em alguns departamentos nós temos menos docentes do que quando

ATA

começou a reposição, porque eles continuam se aposentando). Então realmente é um assunto urgente que a gente receba esses aposentados, e mesmo assim não vamos chegar ao nível que a Comissão estabeleceu naquele primeiro momento que era chegar a 94% dos docentes que já tivemos. Bom. Dada essa proporção e esse quadro docente hoje a nossa média é de 20,1%, e como a média da USP é 22% e nós estamos assim abaixo da média da USP, nós temos direito a manter os oito cargos, essa é a conclusão, a Faculdade está amparada para solicitar a permanência de todos os cargos vagos. Muito bem. A manutenção é na unidade, mas não necessariamente no departamento de origem do professor que se aposenta. Por quê? Há três critérios fundamentais para a distribuição dos cargos dentro da Faculdade. Por princípio os cargos são mantidos no departamento [de origem], mas para isso é necessário que este cumpra dois requisitos; o primeiro: é necessário que ele tenha dois professores associados, no mínimo; o segundo: a média do departamento também tem que estar abaixo da média da USP. Esta segunda condição não é preenchida por todos os departamentos cujos docentes aparecem na nossa lista de aposentados. Em relação à primeira condição, não há nenhum problema, todos os departamentos têm professores associados, às vezes até em grande número, com uma exceção, atualmente: o Departamento de Teoria Literária; eles não têm nenhum associado, mas também não têm nenhum aposentado. Ou seja, não estão pleiteando nenhuma vaga. Em relação à porcentagem, a gente pode observar que o departamento de História é, dentre os departamentos que tiveram aposentados, o que está acima da média; esta é de 22% e hoje o DH tem uma média de 25%. Isto se dá por circunstâncias da dinâmica [da progressão docente], aconteceu de ele ser atualmente o departamento que tem mais titulares em relação ao corpo docente. Por esse motivo ele não preenche o segundo requisito necessário. Os outros, como vocês podem ver [nos slides] – eu mencionei Antropologia, Letras Clássicas, Letras Modernas, Letras Orientais e Sociologia, estes estão abaixo ou no limite dos 22%. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Não. Os critérios são esses, não é? Veja, há outros critérios de alocação, os que foram colocados ali são os princípios fundamentais, os dois, o de dois associados, e o relacionado à média da USP. Então, considerando a limitação percentual, os departamentos citados logo acima estão aptos a manter os seus cargos. O Departamento de História, em função dessa limitação, consegue manter um cargo de professor titular, e deve redistribuir os outros dois cargos. Aí, [indicar] para onde vão esses dois cargos também faz parte do documento que foi aprovado pela Congregação, e pela Reitoria, pela CAA. A Comissão reunida discutiu esses assuntos e

ATA

decidiu levar em consideração alguns fatores para determinar para quais departamentos esses dois cargos iriam. Então a gente levou em consideração o seguinte fator: o departamento que vai receber um cargo não pode, em função desse recebimento, ultrapassar o limite, isto é, ultrapassar a média da USP, 22% atualmente. Como vocês viram nos gráficos anteriores, a Faculdade depois dessas últimas redistribuições está com todos os departamentos razoavelmente equilibrados, não é?, tem um ou outro que está acima; o problema é que para receber quase todos ultrapassariam a barreira. Só três departamentos, hoje, têm condições de receber o cargo e ainda ficar abaixo do limite. Isso nós levamos em consideração. Os departamentos são DLCV [Letras Clássicas e Vernáculas], DLM [Letras Modernas] e DLO [Letras Orientais], e são os únicos que podem receber esses dois cargos a serem redistribuídos. O de Letras Modernas já foi beneficiado com uma redistribuição, o que foi discutido aqui, foi em junho, foi mais recentemente, ele recebeu um cargo aposentado que veio da Sociologia (que também foi obrigada a ceder). Também levamos em consideração, dentro da Comissão, que o DLCV e o DLO têm médias inferiores à do DLM. Além disso, levamos em consideração mais os seguintes pontos: está lá, no documento da Congregação e da CAA, que a premissa fundamental da Faculdade na alocação, ou seja, na redistribuição dos cargos, é a busca do equilíbrio na distribuição [de professores titulares] entre os onze departamentos. Levamos em consideração que a redistribuição estava ocorrendo no primeiro semestre, já havia professores aposentados, como é o caso do professor Gildo, por exemplo, mas não só, já havia sete aposentadorias, e ela [a redistribuição] foi interrompida, a gente precisou se reunir para fazer essa averiguação dos procedimentos. Então o que a gente está fazendo hoje é uma continuação do que foi feito na Congregação de maio. Assim, o que a Comissão pensou foi que houve três cargos a serem redistribuídos em 2024, há três departamentos que podem receber, e a Comissão sugeriu que cada departamento receba um cargo. Como o DLM já recebeu o da Sociologia, agora seriam os de Letras Clássicas e Vernáculas e o de Letras Orientais. E o Departamento de Letras Modernas, que faz parte da Comissão, também entendeu essa proposta da Comissão e declinou de concorrer, portanto, duas vezes seguidas, tanto no primeiro semestre, em que houve o cargo da expansão – que foi recebido pelo Departamento de Geografia e a respeito disso a Comissão vai fazer também um comunicado em dezembro – quanto no segundo semestre, agora, na atual redistribuição, independentemente da sua posição na classificação final dos departamentos. Sim, os departamentos (isso também faz parte dessas normas aprovadas) são classificados, há um

ATA

ranqueamento em função da produtividade, nos diversos itens da vida acadêmica. O DLM concordou então com toda essa argumentação, e portanto, conclusão: a Comissão recomenda, por consenso, com a anuência de todos os departamentos, a distribuição dos dois cargos vagos para os departamentos de Letras Orientais e de Letras Clássicas e Vernáculas. Vocês têm aí [no slide] o gráfico com as porcentagens de professores titulares, por departamento, *depois* de feita a redistribuição. É assim que a Faculdade vai ficar, caso essa sugestão da Comissão seja aprovada. Todos os departamentos, como vocês veem, estarão mais ou menos dentro da média da Faculdade, que é de 20,1%, e da média da USP, que é de 22%. Mas é claro, é impossível fazer uma coisa exata, a dinâmica é constante, então tem departamento com 23%, outros com 22% etc.. Antropologia, por exemplo, uma vez providos os cargos vai ficar também com 22%, Letras Clássicas com 17,8%, Filosofia com 24%, Geografia com 23%, História (mantendo um cargo) ficará com 21,2%, Linguística 22%, Letras Modernas 19%, Orientais 12,5%, Ciência Política 21,7%, Teoria Literária 23% e Sociologia 20,8%. Quando eu falei da reposição, ela é importante também porque ela se reflete aqui, já que se o quadro docente é menor a porcentagem dos departamentos é maior, então sem reposição os departamentos que estão nesse limite dos 22% se arriscam a perder seus titulares. Assim, é muito séria essa demora na reposição. Por fim, reforçando a conclusão: recomendamos a manutenção de um cargo vago de professor titular nos departamentos de Antropologia, Letras Clássicas e Vernáculas, História, Letras modernas, Letras Orientais e Sociologia. E a redistribuição de dois cargos vagos de História: um para o Departamento de Letras Orientais e o outro para o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. É isso. Muito obrigado”.

*Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Bom, gente, essa é a proposta da Comissão. Alguém quer fazer alguma observação? Podemos dar por aprovada então? **APROVADA POR UNANIMIDADE.** Bom, então vamos passar ao item sobre concursos docentes de ingresso. Na reunião anterior foi apresentada uma proposta de alguns assuntos para debater, divulgamos o documento que tinha trazido a profa. Maria Augusta, e no caminho foram aparecendo outras propostas. O prof. Rafael Marquese enviou um documento e o prof. Lincoln Secco inclusive publicou uma matéria. A gente trouxe as duas, e agora abrimos para as diferentes opiniões. Depois vemos como encaminhamos, mas eu prefiro que comecemos por inscrições e opiniões sobre todos esses assuntos. Então, estão inscritos Lincoln, Rafael, Ricardo, Luis César, Mary, Daniel. Bom, então, podem continuar se inscrevendo, não tem problema. Lincoln, por favor? Eu vou pedir que tenhamos um tempo de

ATA

fala cada um, para que não fique muito tarde. Elizabeth? [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] É? Três? Pode ser. Três [minutos]. Desculpa, Elizabeth, não receberam? [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] É na pauta digital. Vocês podem abrir a proposta da profa. Augusta, podem abrir a do prof. Rafael, e existe um link para a publicação do prof. Lincoln.” O que disseram os inscritos para falar, na ordem de inscrição: *com a palavra*, **Prof. Dr. Lincoln Secco:** “Bom, boa tarde à Vice-Diretora e ao Diretor, e a todas as pessoas presentes. Eu fiz uma proposta num artigo no Jornal da USP que eu acho que é muito simples, que se resume à adoção de uma correção cega da prova escrita, [algo] que vários concursos usam, na primeira fase, quando há um grande número de candidatos. Existem institutos da USP que não têm muitos candidatos em concursos, e não usam esse expediente, mas acho que no caso da FFLCH a maioria dos concursos prevê a existência de uma prova escrita. Eu acho que é uma proposta muito simples, e que não colide, até onde eu sei, com nenhum Regimento, com nenhuma norma da USP. Porque o problema é, claro, vão surgir muitas ideias, e eu acho que muitas delas vão virar sugestões para discussão em instâncias superiores, mas eu li num dos documentos que a gente recebeu algumas ideias que colidem com o Regimento, com as normas da Universidade. E às vezes até com normas que não são nem da Universidade, por exemplo, eu acredito – alguém pode me corrigir – que não é possível adotar aquela ideia de que o memorial seja eliminatório. Isso não pode em concurso público. A gente precisa ter uma prova eliminatória como a prova escrita, porque isso é adotado em várias universidades federais. Então é isso, em síntese, acho que assim se evita também uma parte do impulso de judicialização de muitos concursos, isso aumentou muito, e eu até digo no artigo que o Adrian citou que desde a década de 40 existe judicialização de concurso na Faculdade de Filosofia; agora, porém, é um número muito expressivo. Ou seja, isso resolve uma parte das reclamações de candidatos. Eu acho que a gente pode, eu pediria que a gente adotasse essa ideia da correção cega da prova escrita. Em síntese, creio, é isso. Obrigado”. *Com a palavra*, **Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese:** “Boa tarde, Adrian, boa tarde, Silvana. Excelente iniciativa de vocês de puxarem essa discussão, que é uma discussão urgente, não é? Eu tenho experiência de dez concursos de seleção, inclusive aqui na FFLCH, e no meu ponto de vista de longe o pior modelo é o nosso. Por uma série de problemas. Eu fiz uma proposta pronta, não para ser aprovada porque na verdade a Congregação de hoje não é para aprovação disso, é para discussão de princípios gerais, não é? Mas para facilitar um pouco o debate, eu trouxe um documento bem curto, mas prevendo

ATA

já todas as etapas de concurso. Fundamentalmente, esposo integralmente o que o Lincoln falou, ou seja, a gente tem que adotar, do meu ponto de vista, a correção às cegas de prova escrita. Isso é feito nas federais (não em todas, mas em muitas delas), e isso é feito na Unesp. Um outro aspecto que a Unesp adota e que é muito bom, é o fato de os candidatos não apresentarem memorial no ato da inscrição. Ou seja, eles se inscrevem, e aí há toda a avaliação, os preceitos legais, se é doutor, ou doutora, e assim por diante, isso é homologado, faz-se a prova escrita eliminatória, e quem é aprovado para a segunda fase é que apresenta o memorial. Acho que esse é um modelo muito bom. Tem que ver se se ajusta aos parâmetros jurídicos da USP. Creio que sim, porque a Unesp está dentro do mesmo sistema que a USP. Entrando na parte do memorial, eu manteria o mesmo peso, isto é, 1 para a prova escrita, 3 para o memorial, e 1 para a prova didática. É importante do meu ponto de vista separar claramente as etapas de avaliação do memorial. Atualmente como é que acontece? Isso vai em bloco. Não há uma distinção na avaliação do memorial, nas bancas, aqui, entre o que é currículo, o que é texto de memorial, o que é arguição de memorial. E é imprescindível do meu ponto de vista estabelecer essas diferenças. De que forma? Ora, o memorial deve conter necessariamente o projeto de pesquisa, o projeto de inserção acadêmica (ou seja, na docência, e de extensão). A banca pode avaliar isso remotamente, como é feito na Unesp, correto? Ela lança a nota, então, à parte, peso um para isso; e também elabora um parecer justificando a nota que foi dada para o projeto, quer dizer, o memorial. Segundo ponto: a gente tem que adotar critérios objetivos de avaliação de currículo; isso não é feito hoje, na FFLCH. São critérios absolutamente subjetivos. Como avaliar objetivamente currículo? A gente tem modelo, tanto da Unesp quanto das federais, o que nestas últimas se chama de barema (o barema tem um elemento de pontuação que impede que um candidato exploda, por exemplo em experiência didática, ou exploda em produção). Essas notas teriam que ser lançadas, os candidatos têm que saber como eles estão sendo avaliados, em cada uma das etapas, e aí finalmente tem o momento da entrevista, o terceiro momento. Nesse momento, o candidato que chega nele sabe que nota ele tirou no memorial, no texto do memorial, e a nota que ele tirou na avaliação do currículo. Na entrevista, o que deve ser feito? Eu acho que ela tem que ser gravada. Tem que documentar quais são os padrões da entrevista. Para ter garantia de impessoalidade, de isonomia, de imparcialidade; em cada um dos momentos são esses pontos que regem essa proposta aqui, como eu falei, não estou tirando isso da cabeça, é experiência de outros concursos que funcionam muito bem. E por fim a gente chega na prova didática,

ATA

que para mim precisará também ser gravada. Esse modelo traz uma série de vantagens; primeiro a de custo: a banca se reuniria fisicamente por apenas dois dias, a gente pode fazer uma série de processos iniciais de forma remota; assim se ganha agilidade, facilita a montagem de banca, diminui custos portanto para a Faculdade. Haverá um custo extra que é o da gravação, mas quanto a isso, enfim, a gente tem condições técnicas plenas para realizar. Essa divisão em três momentos da avaliação do memorial contempla aquele professor novo e promissor, mas sem currículo pesado; contempla aquele professor que tem currículo pesado, pelo barema; e também cria uma divisão muito clara em relação ao momento da avaliação da entrevista, e por que? O que acontece com muita frequência no nosso modelo? Quando você faz a análise conjunta dos três momentos do memorial, quase sempre você tem risco de arbitrariedade e de ‘conta de chegada’, ou seja, você escolheu aquele candidato e você faz as contas ali para aprová-lo(a), não é? Por fim, a questão da gravação, que eu acho que é imprescindível (é a última coisa que eu falo), que é a questão da publicidade de cada um dos passos; a gente tem que possibilitar a quem está sendo avaliado saber como está sendo avaliado. Não simplesmente com a emissão de uma nota. Mas isso está no documento, o passo-a-passo está lá. Obrigado”.

Com a palavra, Profa. Dra. Maria Augusta da Costa Vieira: “Bom. Boa tarde a todos e todas. Eu fico feliz de saber que nós estamos pensando, começando a pensar nessas questões; quando me veio a ideia de apresentar [a minha proposta], a partir de conversas com alguns colegas, eu vi que era meio urgente, e eu gostaria de distinguir aqui duas coisas: uma eu acho que é a montagem da banca; é uma parte da proposta; outra coisa é a questão das provas. Eu acho que nós teríamos que montar uma comissão que fosse estudar isso e verificar, inclusive, a questão da legislação, que o Rafael sugeriu. Eu acho que um problema seriíssimo que tem acontecido aqui é que os candidatos não sabem quais são os critérios de avaliação. Isso é uma coisa que toca moralmente em cada um, quando o resultado não é favorável. E isso não fica claro, em nenhum momento. Nesse sentido, Rafael, eu sou um pouquinho contrária, porque eu acho que barema não é a saída. Eu acho que barema falseia. Eu já participei de várias bancas, em federais, com barema, e o que ele faz? Ele joga números sem qualificar. Nesse sentido, eu acho que o nosso [modo de avaliar o] memorial é algo que deveria ser preservado ao máximo. Não só na defesa do memorial, mas também na comprovação. O barema não nos permite essa margem. É claro que a gente tem que pensar na operacionalidade da realização do concurso. Mas eu acredito que um grupo menor que se ponha a pensar sobre isso poderia elaborar algum roteiro mais

ATA

significativo. A questão da prova escrita como eliminatória, você falou, e eu acho que está certo mesmo, ela muitas vezes funciona como um critério de [desempate], mas ao mesmo tempo ela cai no improvável, bom, não digo no improvável, mas, vamos dizer, as nossas disciplinas são amplas, e às vezes aquele ponto que caiu favorece a um e não favorece a outro; claro que isso é da casualidade dos concursos, por um lado; por outro lado a gente pode estar deixando de lado algum candidato que poderia, se fosse outro tema, ter sido aprovado. Por isso que eu acredito que o memorial, ou a arguição, possa ser o primeiro parâmetro de seleção. Desde que fique muito claro para todos quais são os critérios que a banca vai adotar. E isso eu acho que não fica [atualmente]. É mais ou menos isso o que eu teria a acrescentar, e eu acho que tem coisas aqui que nós, muitas vezes, digamos do ponto de vista ético, acabamos ‘pisando na bola’, não é? Em alguns momentos. Mas, enfim, é isso. Obrigada”. *Com a palavra, Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima:* “Eu tenho alguns comentários sobre essas propostas, e também tenho algumas sugestões, mas eu gostaria de fazer menção antes disso, se vocês me permitirem, a duas pessoas; [quanto a] uma delas eu sei que aquele assunto, daquele concurso, já morreu, mas é uma coisa que está me remoendo já faz bastante tempo, e aí, para evitar também qualquer mal-entendido, e também, bom, é uma coisa que eu sinto necessidade de falar, dar o meu testemunho de que na elaboração do parecer, lá do concurso de Literatura Brasileira, eu quero dar o meu testemunho do cuidado que teve o prof. Eduardo César Leão Marques. Ele teve, por exemplo, o cuidado de telefonar para a coordenação da área, me telefonar, e eu posso dar, esse testemunho eu queria dar. Eu percebi na voz dele, quando ele me ligou, a preocupação que ele tinha. Ele sabia que estava diante de um caso muito delicado, e ele fez um esforço muito grande para fazer um parecer – bom, ele mesmo disse que até o promotor o elogiou, não é? – muito cuidadoso. Era uma coisa que eu queria falar. Muito bem. É claro, também, que eu quero agradecer à profa. Maria Augusta [ela é a outra pessoa a ser mencionada] por ter trazido esse assunto na última Congregação, dessa maneira, mostrando tanta sensibilidade e tanto cuidado ao falar desse tema tão delicado. Então também quero agradecer. Inclusive, eu gostei demais, quando ela conclui a sugestão dela, falando por exemplo, ‘Pensemos que nesse concurso nós estamos elegendo colegas que vão ficar muitas vezes trinta anos aqui na Faculdade’; os de Literatura Infantil, que nós acabamos de aprovar, vão ficar quase quarenta. Ou seja, é uma responsabilidade muito grande. E também achei muito bonito o que ela escreveu, ‘O que está em jogo na realização de um concurso no final das contas é a formação dos nossos alunos’.

ATA

Então, essa preocupação é sensacional. Agradeço demais. Em relação ao comentário, evidentemente, reconhecendo o mérito dessa discussão que foi trazida pela Augusta e complementada pelo Rafael, e pelo Lincoln (são textos muito interessantes), a minha preocupação é, como já foi levantado, que elas [as propostas feitas] contradizem, elas ferem artigos do Regimento Geral. Mesmo a questão da correção às cegas na verdade o artigo 139 obriga a leitura [pública] das provas [antes da avaliação das mesmas]; essa proposta exige uma modificação; e eu anotei todos os artigos que, para implementar todas as propostas, deveriam ser modificados. Eu concordo totalmente com a profa. Maria Augusta, esse assunto é para uma comissão; houve o encaminhamento que o prof. Adrian deu na última Congregação, de que a gente discuta aqui alguns princípios, mas isso é muito complexo para ser tratado numa Congregação. De todo modo, são vários artigos do Regimento Geral que inviabilizam essas propostas imediatamente. E portanto são propostas que podem ser discutidas e encaminhadas, mas são propostas de longo prazo, não é? Que vão exigir primeiro a mudança do Regimento Geral pela USP; [depois,] detalhes dos concursos também só podem ser implementados por uma unidade se estiverem previstos no Regimento da unidade; então primeiro vai ter que mudar o Regimento da USP toda, para depois mudar o Regimento da nossa unidade, para depois começar a fazer concurso desse jeito. Assim, é uma coisa que pode ser encaminhada, mas que vai demorar, e as minhas propostas, então, eram de coisas mais simples, que talvez possam ser implementadas no ano que vem. Por exemplo, o que eu imaginei seriam documentos, a serem redigidos por essa comissão e aprovados pela Congregação, de recomendações, que muitas vezes nos são impositivas, mas são recomendações. Eu pensei em quatro diferentes documentos (e essa é a minha proposta). O primeiro documento: orientações aos departamentos para composição das bancas. Ou seja, o que é recomendável, o que não é recomendável, eu acabei de fazer uma coisa [nesse sentido] e eu tive muito problema; segundo [documento]: uma carta, que seria meramente orientativa, aos membros da banca, elencando situações de impedimento e de suspeição, da qual todos devem dar ciência (e eu sugiro uma carta específica para os propósitos acadêmicos do concurso, e não um conjunto de legislações conexas aplicáveis, porque é o que a gente acaba indo buscar, e o professor Eduardo também buscou, já que não há uma legislação específica: o que rege o impedimento de um juiz? [por exemplo], a gente aplica mas não é o caso); terceiro [documento]: orientações e recomendações às bancas quanto aos critérios de julgamento, ou seja, dar essa transparência, a publicidade necessária, [expor] como as

ATA

provas vão ser avaliadas, orientações que seriam impositivas e públicas, e comunicadas aos candidatos, e recomendações de um memorando interno; por último, o esclarecimento aos candidatos a respeito dos procedimentos que são adotados pela Faculdade, não só o que nós fazemos, mas também o que não fazemos, porque há recursos que invocam, ‘Ah, não fizemos isso, eu quero saber a nota daquilo’, e se os candidatos já souberem que nós julgamos assim e não de outro jeito, não vão recorrer, porque a resposta já está na orientação. São essas [as propostas], e as sugestões (eu já tenho várias) passo depois para a comissão, que eu espero que venha a ser formada em escuta a isso. Obrigado”. *Com a palavra, Prof. Dr. Luís César Guimarães Oliva:* “Vou ser bem rápido. Na verdade, algumas coisas já foram mencionadas. Eu acho que, realmente, qualquer coisa que a gente escreva deve aparecer como recomendação; acho que é preciso deixar uma certa abertura para que os departamentos também, ao fazer os seus editais, prevejam, como aliás o Lincoln mencionou no artigo dele, se naquele momento o perfil buscado é o de um jovem promissor, porque vai ficar mais tempo no departamento, ou o de uma liderança de pesquisa etc. Então se nós fecharmos muito aqui, os departamentos vão perder essa liberdade que eu acho que é bastante saudável, bem como uma certa autonomia da banca; ela precisa ter uma autonomia para escolher, e se as regras forem muito estritas, isso vai acabar sendo prejudicado. Eu achei, em regra geral, as sugestões da profa. Maria Augusta de bom senso. Todas elas realmente muito boas, em termos de recomendação, mas achei todas muito boas, eu só colocaria um senão na questão das relações entre membros da banca. Eu acho muito difícil, professora, a gente começar a estabelecer muitos critérios que impeçam que membros da banca estejam juntos, dado o enorme número de candidatos que nós temos atualmente, não é? Está bem difícil fazer isso. Assim, que haja restrições com relação à relação dos membros da banca com o candidato, está bem, mas mesmo dos membros da banca entre si, eu acho complicado. Mesmo a Fapesp, nas regras dela de conflito de interesse, menciona por exemplo participação em outros pedidos de verba de projetos de pesquisa, mas no prazo dos últimos cinco anos. Não é uma coisa da vida toda. Senão, com bancas que têm quarenta, cinquenta candidatos, fica realmente muito, muito difícil. Mas de fato acho que são sugestões muito boas. E eu reforço também a posição da profa. Maria Augusta – pela experiência [que eu tenho], não tão grande mas já tenho alguma – com relação a barema. Isso produz distorções violentas. Violentas. Enfim, é isso”. *Com a palavra, Profa. Dra. Mary Anne Junqueira:* “Apenas para contribuir com o debate, eu queria lembrar que a USP não tem regras claras sobre conflito de interesses em

ATA

concurso. Eu inclusive conversava com a Esmeralda, aqui, no início da Congregação: quando vai para a Procuradoria Geral, o retorno é sempre confirmando a soberania da banca, e usando essa expressão: soberania da banca. São deferidos apenas recursos quando há erros formais no edital. E houve casos, por exemplo, em que o Co reverteu uma decisão da CLR (e é o pessoal do Direito [que está lá], é o [Celso Fernandes] Campilongo que encabeça a CLR), porque havia o orientador [de um candidato] na banca. O que é um grande problema. Mas esses Cos abriram grandes discussões sobre o tema, foi inclusive solicitado que se fizesse uma comissão, mas essa comissão nunca aparece, porque chega na PGR [e lá o que se encontra] é a soberania da banca. Sobre as propostas que foram feitas aqui, eu agradeço à Maria Augusta, ao Rafael, ainda que, Maria Augusta, eu veja problemas em ter o memorial como eliminatório, porque o nível de subjetividade que tem aí [na avaliação do memorial] é muito grande. Para ele ser eliminatório, precisaria ter um barema. E aí a gente sai de um problema e põe o pé em outro. Quanto às provas às cegas, embora eu tenha simpatia pela ideia, eu vou colocar aqui algo apenas para problematizar a questão. Em primeiro lugar, o Regimento da USP exige a leitura pública da prova escrita. Ou seja, isso já quebraria com a ideia de provas às cegas. E também: eu tive uma discussão na UFRJ com alguns professores que estavam em bancas de concurso, em que [surgiu o ponto de que] às vezes nem sempre a prova às cegas é completamente às cegas, porque se você tem o nome dos candidatos inscritos, se você conhece esse candidato, se você sabe com que ele trabalha, se ele faz uma prova com determinado recorte, é possível identificar o candidato, não é? Vai sempre poder ficar uma nuvem, uma interrogação. E eu me pergunto, a minha colega Stella Maris, do Departamento de História, que é a professora que trabalha com gênero, e que é conhecida; se a Stella estivesse fazendo um concurso em outro lugar, a prova da Stella seria identificada imediatamente. Então, eu acho que isso depende; é uma problematização da questão da prova às cegas. Como eu disse, eu tenho simpatia, mas é um problema. Em meio a isso tudo, com os problemas que nós vivemos, aqui, eu acho que é urgente que nós tenhamos diretrizes. E eu aprovo, queria reforçar, a ideia dessa comissão. É muito importante para a gente discutir isso. Obrigada”. *Com a palavra, Prof. Dr. Daniel Strum:* “Boa tarde, mais uma vez. Em primeiro lugar eu queria dar meio que um informe, informal: tem uma comissão criada pela própria Reitoria para tratar desse assunto; não tem ainda resultado, não se sabe quando isso vai surgir, mas há alguns pontos que parecem ser consensuais. Um deles é: não haverá mais leitura pública da prova escrita, e então essa questão toda aqui vai deixar de existir em algum

ATA

momento. A segunda questão é o fim de todos os sorteios, por conta do fator aleatório, que cria uma complexificação nos concursos e que tem, do ponto de vista avaliativo, muito pouca efetividade. Temos, ainda, uma discussão em se criar um menu de opções de provas eliminatórias, ao invés de termos uma só. Então, a prova escrita passa a ser eletiva pela unidade, e se abre a oportunidade de termos outras opções de provas eliminatórias, e aí talvez nesse sentido pudesse haver uma convergência entre as duas propostas, em que talvez o candidato apresentasse um currículo, um curto projeto de pesquisa, um curto projeto de docência, e um curto memorial de duas páginas, como se faz em muitas partes do mundo, e se consegue fazer ali uma parte eliminatória, e acho que seria, aqui do nosso ponto, muito importante que os critérios fossem claros, sejam eles quais forem. Então a gente poderia ter uma primeira fase que não seja a prova escrita, e eu acho que é importante que a gente pense em qual é a relevância da prova escrita, nós termos um candidato quatro horas escrevendo sobre algum tema, quanto isso ajuda a gente a avaliar o potencial de um futuro docente aqui, que realmente vai ficar muito tempo. Por fim, eu gostaria de propor que nós dissociássemos a questão do modelo do concurso, que nós a dissociássemos da questão dos critérios de conflito de interesses, e por quê? Nós temos agora já vários concursos que ainda estão vindo, e nós temos mais que vão chegar, por conta da aposentadoria. Então a gente não pode ficar a reboque da Reitoria; ao mesmo tempo, a UNICAMP, a Fapesp, têm critérios, e nós ao não termos critérios aqui, nós nos deixamos mais vulneráveis, porque nós estamos entregando não ao Co, que talvez vai dizer ‘A soberania é da banca’, mas ao juiz aplicar o critério da UNICAMP, o critério da Fapesp, que afinal de contas são outras entidades acadêmicas. Se isso serve para o projeto de pesquisa curto, o critério da Fapesp, o que dirá na escolha de um docente que vai ficar aqui trinta anos. Ou seja, é uma urgência a gente pensar nessa questão do conflito de interesse. É isso, muito obrigado”. *Com a palavra, Prof. Dr. Dário Horácio Gutierrez Gallardo:* “Bom, eu queria parabenizar pela discussão desse tema, porque realmente é um tema muito conflitivo, e também parabenizar aos que já fizeram propostas por escrito; essas propostas eu li, as três, e me identifiquei com a de Maria Augusta. Só que, ouvindo aqui diversos professores, [vejo que tal proposta] pode ter também, assim como as outras, conflito com a legislação. Por isso, eu estou de acordo com a formação de uma comissão que possa checar, quanto a essas propostas, o que o regulamento permite, o que ele não permite, e fazer recomendações, como as que aqui já foram adiantadas, quatro; eu colocaria uma quinta, que seria como deve ser o memorial, sugerido para os candidatos de

ATA

fora, pois tem muito candidato de fora, onde não se usa memorial, e [portanto eles] não sabem em que consiste o memorial. Então também fazer recomendações a respeito disso. Em relação ao barema: eu já participei também de muitos, dezenas de concursos, fui professor de federal, e fiquei com péssima impressão do tal barema. Pode ser uma manipulação total. Se queremos que professores que não têm nenhuma publicação possam ser privilegiados, então colocamos lá em cima ‘Cargos’, por exemplo, com pontuação, etc. Ou seja, depende de que eu faça essa pontuação em uma manipulação prévia. Eu acho que é muito melhor deixar para a banca decidir isso. Claro, haverá também possibilidade de conflito, opiniões diferentes, mas também temos que confiar na banca, professores que não podemos subestimar, no que pretendem, no que querem, etc.. Eu acho muito melhor do que o barema. Eu participei também em concursos onde o barema não era só para publicações, era também para a docência, a aula deveria ter tal coisa, tal e tal, e sabe qual era a participação do docente [membro da banca]? Nenhuma. Eu até, numa dessas [ocasiões] reclamei, ‘Para que estão convocando a gente? Por que não pedem para a secretária fazer a pontuação e pronto, se a banca não tem nada que decidir?’, porque está tudo previamente decidido, e decidido por quem? Pela chefia, ou por quem elaborou essa pontuação. Ou seja, era uma manipulação completa. E eu acho que aqui não há esse grau de manipulação, e por isso eu acho que a comissão deveria pensar sobre esse barema, ou sobre outras propostas. Eu acho também que, quanto ao memorial, seria muito bom que seja eliminatório. A prova guarda possibilidades de arbitrariedade? Sim. O memorial também. Mas muito menos, eu acho que a prova é uma coisa muito subjetiva, eu gostei, adorei a prova, e outro detestou a prova, e podem entrar notas completamente opostas. O memorial acho que é um pouco mais objetivo. Não é completamente objetivo, mas é um pouco mais objetivo como mecanismo de eliminação. Quanto a isso, porém, temos que ver a legislação. Então a minha recomendação é que se forme uma comissão para recomendações e que avaliem propostas já feitas ou que venham a ser feitas em relação à legislação da Universidade, ou geral”. *Com a palavra, **Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento:*** “Bom, eu só queria fazer uma ponderação e reafirmar, apoiar a proposta do Lincoln, em relação às provas às cegas, lembrando do racismo estrutural que a gente tem na Universidade, não só na Universidade de São Paulo [em suas outras unidades] como na própria FFLCH. Somos apenas 5% de professores negros na FFLCH, e então de 412 professores temos 22, e agora serão 26 [com a efetivação dos últimos selecionados por concurso] professores negros. Não é à toa que temos apenas esses 26. E a prova escrita é um

ATA

dos primeiros lugares onde pessoas negras são barradas, não é? Então, tem que pensar por aí. Mesmo o memorial, se o memorial apresenta o candidato pela primeira vez, o mesmo problema do racismo vai continuar acontecendo, e acho que a gente precisa enfrentar isso aqui, na Faculdade de Filosofia. Precisamos enfrentar, realmente, e assumir que todes nós podemos ser racistas, nos momentos da seleção”. *Com a palavra, Prof. Dr. Helmut Paul Erich Galle:* “Então. Evidentemente, eu também cumprimento muito a iniciativa da Maria Augusta, eu li o documento, eu vi as atitudes aqui, eu vi muita rejeição contra a proposta do Rafael. Bom, eu vou defender o barema, eu vou defender o Rafael. Eu vi cinco concursos na minha área, e em todos esses concursos houve uma arbitrariedade extrema, o currículo dos candidatos não foi considerado, o que foi considerado foi sempre a arguição, uma coisa completamente arbitrária, de fato. Nem sequer a prova escrita, a única coisa que dá elementos numéricos, objetivos, como base de um concurso seria algo como o barema. Evidentemente, esse barema tem que ser formulado de um modo geral, para a Faculdade, para que os candidatos saibam orientar-se nisso. E pode e acho que deve ser aplicado pela própria secretaria e não pela banca. Obrigado”. *Com a palavra, Profa. Dra. Elizabeth Cancelli:* “Vou falar brevemente, eu só gostaria de chamar atenção para um aspecto que a profa. Maria Augusta levantou, [sobre] nós definirmos primeiramente quais são os critérios de envolvimento da banca com os candidatos. Eu acho que isso é 80% do caminho andado. Porque o que nós estamos vendo hoje, em termos de arbitrariedade, diz respeito fundamentalmente ao envolvimento de membros da banca com candidatos; através de orientação, coorientação, participação em grupos de pesquisa, em publicações e em outras atividades. Eu acho que isso está bem claro. Existe o problema da judicialização, nós precisamos ficar atentos a isso, os candidatos estão se revoltando contra os resultados, e eu acho que nós temos um teto grande de opções, desde pontuações que necessariamente não entrem num barema ou sim, mas são opções cujo leque é amplo. A partir da definição do que deve ser, como deve ser composta uma banca de concurso é que nós podemos partir para alguma coisa que seja mais, vamos dizer assim, ética, que é o problema que a profa. Maria Augusta tanto levanta, e com a qual eu concordo inteiramente. Eu já fiquei doente, de ficar de cama, de ter feito parte de banca onde existia barema por exemplo; e também já fiquei doente de ter sido ofendida por uma banca. Então, são coisas horríveis”. *Com a palavra, Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese:* “Vou ser muito breve. Quando eu falei no barema, a ideia fundamentalmente era ter um parâmetro imparcial, neutro, de avaliação de currículo, ou seja,

ATA

não é o barema substituindo o memorial, não é o barema substituindo a arguição. É o barema valendo um ponto, porque nas federais o barema vale tanto quanto a prova escrita e a aula, não é?, o que não é o caso aqui; manteríamos o princípio de três pontos para o memorial, só que com critérios claros de diferenciação, do que é o texto do memorial, o currículo, e a arguição. Então só para deixar claro qual foi a proposta. E, sim, tem também o nome, o nome é feio, ‘barema’ eu nem sei o que significa, é uma sigla, não é?, mas é um elemento, você sabe, de quantificação realmente. Aí, claro que a gente poderia estabelecer os parâmetros. Mas tem uma informação muito importante que o Daniel trouxe, que é a seguinte, em relação à eventual constituição de uma comissão aqui, Adrian e Silvana; se a USP está discutindo isso, talvez a instituição de uma comissão [da FFLCH] – a iniciativa é excelente, é maravilhosa, mas – [não seja o melhor expediente,] seria importante, para não gastar energia, fazer uma sondagem para saber se existe de fato essa comissão central, se ela está trabalhando, para onde ela está indo, e uma coisa que foi dita também, isso não é para agora, é uma coisa para a gente fazer a médio ou longo prazo, eu acho que antes de instituir a comissão aqui seria importante fazer essa averiguação nos órgãos centrais”. *Com a palavra, Prof. Dr. Marcos Piason Natali:* “Bom, a comissão existe, é um grupo de trabalho ligado ao Conselho Universitário. Eu ia sugerir que a gente dialogasse tanto com essa comissão, quanto com outra agora da Comissão de Ética, que está fazendo uma revisão do Código de Ética, pensando em todas as questões que apareceram aqui nas nossas discussões, e que apareceram na proposta da Maria Augusta. Para terem uma ideia, vocês devem saber disso, o que aparece no Código de Ética como restrição para formação de banca é só um artigo, o de número 12, que diz ‘Nenhum servidor docente deve participar de decisões que envolvam a seleção, a contratação ou a promoção de membro de sua família, ou de pessoa com quem tenha relações que comprometam um julgamento isento’. Só isso. É só isso o que há em referência a formação de bancas. Isso está sendo revisto agora, eu sou parte da Comissão de Ética da Reitoria, então a gente está fazendo um levantamento de códigos de ética de outras universidades, que têm critérios mais precisos do que essa definição muito vaga que aparece aqui no nosso Código de Ética; assim, eu acho que também seria um diálogo interessante para essa comissão ter. Porque estão acontecendo esses dois movimentos paralelos, não é?, o do grupo de trabalho, e o da Comissão de Ética. E, por fim, eu queria também de novo parabenizar a iniciativa da Maria Augusta e da Direção, porque parecia que havia um risco em algum momento, com essa sequência de recursos que apareceram na Congregação nos

ATA

últimos meses, de que a questão fosse deixada de lado, e fosse atribuída a um problema dos candidatos que estavam entrando com recursos. Ora, na primeira leva de recursos a que o Ricardo se referiu agora há pouco, o parecer do Eduardo Marques terminava com um parágrafo – ele era contrário aos recursos, mas terminava com um parágrafo dizendo que achava fundamental que a Faculdade discutisse os critérios para formação de bancas. Então reconhecendo que algo tinha acontecido, que ele não considerava suficiente para aceitar os recursos, mas que indicava algo de grave que estava acontecendo e que talvez tenha se confirmado com os recursos que apareceram depois. Então acho que é bom ver que a gente está respondendo reconhecendo que tem um problema naquilo que a gente estava fazendo também. E que os recursos não eram só uma judicialização irresponsável de candidatos ressentidos, mas que eles [os candidatos] perceberam que tinha algo no nosso processo que estava impreciso e vago demais”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Bom. Eu queria sugerir o seguinte. Que façamos realmente uma comissão, e que ela discuta, por uma parte, sugestões sobretudo para formação das bancas, inclusive para que isso tenha algum peso, e possibilite ações e julgamentos tendo-o por base. Porque não existe, já disseram aqui várias vezes, uma legislação da USP, um regimento interno sobre a questão, e então precisa ficar claro (temos que ver de que maneira) que, na medida em que a Congregação faz essas sugestões e divulga, então, não acompanhará defesas diante de recursos quando essas recomendações não forem seguidas. Enfim, eu quero comentar que tem, neste momento, uma judicialização de outro concurso; vamos ter que responder ao Ministério Público, o Diretor anterior, eu, o Reitor, o parecerista, a candidata aprovada, membros externos da banca, enfim, uma coisa que, enfim. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] O de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Mas vamos ver. [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] O Ministério Público recebeu a representação; [mas] ainda não emitiu o parecer; ele recebeu a representação, e interpela uma série de pessoas para que digam o que pensam, não está acusando, não está dizendo que o que os candidatos dizem é [de fato] assim. Está perguntando. Depois dessas perguntas, decidirá se arquiva, como foi no caso do de Literatura Brasileira, ou se dá andamento. Enfim. Eu não tenho problema em responder perguntas, não é esse o problema, mas vejamos que isso está chegando muito [longe], e é por isso que eu penso que, além das recomendações, nós podemos fazer também propostas que, mesmo não estando, digamos, não estando no atual Regimento da USP, sejam formuladas para serem discutidas, para serem levadas por exemplo à Comissão de Ética, e

ATA

para serem levadas para essa comissão do Conselho Universitário, que eu entendo que é também sobre composição de membros de banca. Eu já tinha ouvido algo disso. E eu quero comentar também que o Conselho Universitário está bastante sensível a isso tudo. Teve uma situação na última sessão, um concurso no Instituto de Física, o candidato que apresentava o recurso reclamava de que o orientador do candidato que tinha sido indicado tinha entrado na sala onde estava reunida a Comissão Julgadora, onde estava reunida a banca. Bom, a Diretora do Instituto de Física esclareceu que, na verdade, quando eles recebiam a banca, recebiam numa espécie de café ou copa, ou algo assim, e que iam professores em geral, professores da faculdade, ali, e que isso não era um lugar de reunião da banca. Que estavam os candidatos também, inclusive. Ou seja, um café, como aqui recebemos as pessoas na copa. Bom. Tudo bem. Então aí eu propus, então vamos fazer o seguinte, vamos modificar a redação disto na pauta, porque aqui diz que o orientador entrou no lugar onde a banca estava reunida, ora, então não estava reunida ali [expressamente para deliberar], estava tomando um café na copa. Bom, não quiseram modificar. O Diretor da Faculdade de Direito falou que, de qualquer modo, isso não era prova de que o orientador tivesse incidido [em falta], mas realmente era uma coisa que era tão notória, digo, para quê?, para quê? [todo esse movimento], isso o que várias pessoas no Co diziam, e o Co já anulou, contra a postura da CLR, um concurso porque havia um orientador na banca. Assim penso que é um momento em que realmente há um cansaço na Universidade a respeito dessa impressão que damos para fora de que aqui vale qualquer coisa. Eu encaminharia, pois, essa comissão, para recomendações para banca; e recomendo ver o material da UNICAMP, também, que tem recomendações muito boas para formação de bancas, bastante parecidas com essas que fez Maria Augusta, mas com detalhes bastante precisos, está [lá] a questão dos últimos cinco anos, na linha do que propunha o Luís César [por exemplo]. Quanto à questão do barema, enfim, eu também não concordo que deva haver algo quantitativo, mas, precisamente a partir desse último esclarecimento que fez Rafael, [eu observaria que] em alguns concursos aqui nós já temos feito que, como material interno ao concurso, a banca deixe um registro de como avaliou o memorial, o conjunto do que está ali no memorial, de como avaliou a produção científica do candidato, que peso deu a isso, que peso deu à qualidade da arguição, isso talvez possa ficar no registro, de modo a ser útil para responder recursos. Aí sim, a comissão terá que estudar se isso é viável, se pode aparecer no edital, por exemplo; porque o edital diz quais são os itens que se avaliam; bom, que a banca explicita que peso deu a cada item. Isso

ATA

sim é uma coisa que eu averiguaria, se pode aparecer ou não no edital, se pode aparecer ou não no relatório final. Isso me parece que tem que ser consultado. Porque aí já é um documento. E os outros aspectos, os que sabemos que fogem à atual legislação, por exemplo a prova escrita anônima, que eu acho que realmente seria muito bom, não apenas pelos vários motivos aqui evocados, inclusive eu lembro que esse argumento que a Silvana trouxe foi o mesmo que apareceu no Conselho Universitário quando da discussão de quotas para concursos docentes, e também tem outro aspecto, a leitura da prova escrita significa muito tempo de concurso; muito tempo, esses concursos com setenta candidatos, como faz? Enfim. Então que também a comissão faça um documento à parte, que já não é de recomendações, mas de sugestões para a Universidade. E que também tentem averiguar um pouco mais, por meio do Marcos [Piason Natali], Marcos você continua na Comissão de Ética? Então por meio de você podemos saber um pouco do que está acontecendo ali, e entrar em contato com a outra comissão do Co. Isso podemos, Marie e eu podemos averiguar quem a integra, para que a [nossa] comissão possa, enfim, saber em que pé estão os trabalhos etc. Muito bem. Quem se propõe para essa comissão [da FFLCH]? Maria Augusta [da Costa Vieira], Rafael [de Bivar Marquese], Elizabeth [Cancelli], Daniel [Strum], Ricardo [da Cunha Lima], Marcos [Piason Natali], Sim? Bom, Marie tem uma questão de ordem”. *Com a palavra, Sra. Marie Márcia Pedroso:* “Sendo formada essa comissão, os trabalhos vão ter que ser feitos de concentração, a toque de caixa; por que eu estou dizendo isso? A implementação de qualquer normativa também é mudança de Regimento; nesse sentido, nós pretendemos entregar no início de janeiro a nossa parte do que tem para ser feito do Regimento. Pode ser encaminhado via protocolado. A minha questão de ordem é a seguinte: a Portaria do Reitor não foi publicada, talvez seja publicada amanhã às 18h00, já é de praxe as publicações da GR nas sextas-feiras às 18h00. A GR é a distribuição dos novos cargos 2023, 2024 e 2025; esses novos cargos ficarão aguardando uma nova decisão, ou continuaremos trabalhando nos formatos antigos? Era só isso”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Eu creio que essa comissão não precisa trabalhar com pressa, Marie, e eu proponho a seguinte solução: eu creio que a comissão não tocaria no Regimento da Faculdade, porque o da Faculdade diz somente que provas tem nos concursos. Então, me parece que recomendações sobre formação de banca não entrariam no Regimento da Faculdade. Ou seja, a comissão pode começar a trabalhar com isso enquanto verificamos o que está sendo feito no Conselho Universitário, e que seja algo independente; digamos, produzidas essas recomendações, bom, são

ATA

recomendações, os departamentos verão como fazem com isso nos concursos; porém, mesmo que agora tenhamos uma distribuição dos claros de reposição, isto é, a atribuição à Faculdade de um número de claros de reposição, ainda vai ter que haver uma reunião da Comissão de Cargos [Docentes], que os distribua se for necessário, e depois vai ter a solicitação com fundamentação, então esses concursos só vão ocorrer, acho eu, na segunda metade do ano, não? Não? Vamos ver, Marie. Podemos até abrir a inscrição antes, mas a formação da banca se dá quando já está encerrada a inscrição. Então eu acho que a comissão teria tempo. [Intervenção da Sra. Marie Márcia Pedroso não captada pelo equipamento de áudio] Sim. Tudo bem. Mas, a princípio, para composição da banca, a comissão faria sugestões que não precisariam estar no edital, que são sugestões da comissão aos departamentos. Sim? Não seriam coisas regimentais. [Nova intervenção da Sra. Marie Márcia Pedroso não captada pelo equipamento de áudio]”. *Com a palavra, Sra. Marie Márcia Pedroso:* “No sistema GR aparece uma série de documentos que ele tem que espetar, memorial ou não memorial, plano de trabalho ou não plano de trabalho, e isso é tudo espetado na inscrição. E as regras também, o que tem peso X, Y, e Z. Ele, quando se inscreve, tem ciência de tudo isso. O que o candidato não tem [ciência] é de que forma é o julgamento. Então talvez, podemos até verificar junto à CLR, talvez haja a possibilidade, uma vez que lá consta como a banca vai trabalhar, e se a banca trabalhar fora do que está lá, também estaremos sujeitos a recursos. É sobre isso que eu estou dizendo. Então a gente talvez possa consultar a CLR, que é algo, como o professor aqui agora há pouco falou, a CLR está trabalhando a toque de caixa, desde agosto, com as novas normativas para concursos. Então talvez [seja o caso de] fazer uma consulta ao professor de Direito, o Campilongo, para saber em que fase está isso e para também nos pautarmos, nos orientarmos”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Sim, Marie. Mas. Eu penso que são duas questões diferentes. Uma são as recomendações para a formação de banca, me parece que isso independe do que está discutindo a CLR, Marie. E isso não vai aparecer nos editais. Então a comissão pode trabalhar por enquanto sobre isso, enquanto estudamos os outros problemas. Porque a maior parte dos problemas que estamos tendo é pela composição das bancas. Sim, Angela? [Intervenção da profa. Angela Alonso não captada pelo equipamento de áudio] Heloisa? [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Sim. Eu entendo que é assim. Mas os editais são todos iguais, Heloisa. E o que a comissão faria, a princípio, não seria trabalhar com as coisas que exigem mudança de Regimento; trabalharia com recomendações, para o que hoje é possível em se

ATA

tratando de recomendação. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Também. Também, isso sim. Pode-se fazer uma lista de problemas... Sim? [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Sim. Tudo bem. Concordam com isso? Sim? Bom. Voltemos à composição da comissão, que era o ponto em que estávamos. Deixamos aberto para que se incorporem colegas de outros departamentos? [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Tudo bem. [Nova intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Tudo bem, tudo bem. Perfeito. Bom, então, Marie, os seis que foram propostos temos aí, anotados? Sim? Muito bem. Gente, tem o item que propôs a representação discente, vamos escutá-los, por favor? Sobre o projeto de banheiros agênero? Então, por favor, vamos escutar a proposta".

Com a palavra, Representante Discente do Projeto (Beatriz): “Bom. Boa tarde, gente, eu sou a Beatriz, sou estudante de Ciências Sociais, e estou no CEUPES também, que é o Centro Acadêmico de Ciências Sociais, e também estive aí ao longo do ano todo fazendo parte do grupo de trabalho do prédio do meio pelos banheiros agênero no prédio. Ele é o Charlon, também estudante de Ciências Sociais, que está aqui também representando o projeto dos banheiros agênero do prédio do meio. Acho que o professor até comentou que essa pauta seria para a gente apresentar para a Congregação a proposta do GT, e a gente tinha entendido que seria uma votação, não é?, que isso poderia ser aprovado. Mas a gente acredita que, enfim, houve algum problema de comunicação entre a gente e a Congregação, sem problemas. Mas a gente vai querer apresentar aqui, e também entender como é que a gente pode prosseguir então, para que numa próxima Congregação a gente consiga dar prosseguimento da forma correta, realizar uma aprovação. Porque foi realmente um trabalho muito importante, e que demorou bastante tempo, ao longo do ano inteiro, por esse GT. Então acho que primeiro eu queria começar apresentando sobre a importância de a gente ter banheiros neutros aqui no prédio do meio. Isso foi uma reivindicação que partiu dos estudantes da Ciências Sociais, e da Filosofia, e a gente começou a conversar sobre como as pessoas não-binárias, trans, enfim, se sentem muito excluídas no espaço, tanto universitário quanto nesses espaços que são os banheiros, que são locais fundamentais para as necessidades fisiológicas, então muitas vezes quando essas pessoas não se sentem confortáveis para frequentar os banheiros, elas acabam não fazendo uso deles, por conta de violências que elas podem acabar sofrendo nesses espaços, e isso também afeta a permanência estudantil desses estudantes. E aí eu queria apresentar até alguns dados de um grupo de extensão aqui da USP, que faz pesquisa sobre os estudantes trans dessa

ATA

Universidade. Esse coletivo colocou que a população trans é muito sub-representada, a gente tem uma sub-representação muito grande desses estudantes aqui na Universidade; em comparação até com a população de fora daqui, é uma sub-representação muito grande. Assim, pensando no momento em que a gente está, da própria Congregação da FFLCH ter aprovado uma moção de apoio às quotas trans, de a gente estar tendo toda essa mobilização estudantil pelas quotas trans, pelo ingresso de mais pessoas trans dentro do espaço universitário, a gente também tem que pensar na permanência dessas pessoas, e nas condições que elas vão ter uma vez que elas ingressarem aqui. Isso é realmente uma questão que pega muito na permanência das pessoas aqui dentro do prédio, e inclusive esse coletivo fez um levantamento entre as pessoas trans que estudam aqui no prédio, a maioria delas são não-binárias, pessoas que não estão nesse espectro binário de gênero, que é imposto pela própria divisão binária dos banheiros, e isso é muito prejudicial; se a gente quer pensar na permanência dessas pessoas, se a gente quer pensar que as pessoas estejam aqui dentro, frequentando os espaços, e também entendendo até do pensamento crítico de uma faculdade que tem uma tradição de Humanas, e tudo mais, como que essa divisão binária é uma divisão social, que é datada, que vem, enfim, de um contexto específico que hoje em dia está sendo muito questionado, e então também é para a gente estar atualizado em todas essas questões. O Charlon vai apresentar um pouco melhor também como foi o processo do próprio GT, de construção dessa proposta, mas também queria apresentar aqui que a gente tentou ter um diálogo muito sério tanto com os estudantes quanto com os professores e funcionários, então a gente marcou reuniões e atividades com a CDDH, a gente teve o respaldo de alguns professores, a gente conversou com um dos representantes da Comissão de Qualidade de Vida, a gente tentou o contato diversas vezes, mandando e-mails, justamente para que a gente pudesse apresentar essa proposta que estava sendo formulada, entendendo, sim, que a gente precisa e a gente quer construir esse diálogo, a gente quer esse apoio, e a gente gostaria até de reforçar aqui que a gente está pedindo por esse diálogo, a gente está pedindo por reuniões, a gente gostaria também de receber de vocês esses espaços, para a gente conseguir conversar sobre a proposta que a gente vai apresentar aqui, não só aqui na Congregação, mas nos departamentos, na Comissão de Qualidade de Vida, como que a gente pode conseguir esse contato efetivo mesmo, para debater esse ponto que é tão caro para os estudantes. Então é isso. E eu acho que é importante também colocar que a gente viu que a proposta de implementação de banheiros neutros na FFLCH era uma proposta que inclusive estava no

ATA

programa da chapa que foi eleita, enfim, para a Diretoria aqui da FFLCH, então também foi uma coisa que contemplou muita gente, era uma movimentação que a gente já estava fazendo, até mesmo antes da eleição, até mesmo antes do programa da chapa que foi eleita, mas também é uma coisa que converge muito, não é?, as propostas estudantis com as propostas dessa chapa que foi eleita, é uma coisa que contempla a gente, e que a gente gostaria de levar em conjunto para [conseguir] realmente a efetivação dessa proposta, enfim, dos banheiros neutros aqui no prédio. Aí eu vou passar para o Charlon, para ele apresentar um pouco sobre como foi o processo, para depois a gente partir mais para como que está a nossa proposta mesmo, porque a gente fez todo um estudo, várias reuniões para a gente ter uma proposta concreta”. *Com a palavra, Representante Discente do Projeto (Charlon):* “Só para dar continuidade aqui à fala da companheira Bia, eu sou o Charlon, eu já fui apresentado, eu acho que a gente teve um grande apanhado nesses últimos dois semestres, nesse debate sobre a construção dos banheiros agênero. Não é uma ideia que cai do céu, é uma construção política que vem sendo tomada no Brasil inteiro. É um debate sério, que vem sendo travado em várias universidades e espaços públicos, é uma questão política e a nossa Universidade não deve se abster de debatê-la. A gente tem que consolidar. A gente fez panfletagem nos corredores, dialogamos com os alunos, diversas reuniões abertas foram feitas para se debater, construímos uma proposta com um corpo de estudantes, reuniões que aconteceram quase todas as semanas, chamamos alunos de outras universidades, como da UNICAMP, para fazer esse enriquecimento do debate, para a gente analisar qual é a situação que as outras universidades vivem. Por exemplo, trazendo aqui para vocês, a Poli tem banheiros agênero, que é um debate que a gente vê dentro da nossa própria Universidade avançando em outros institutos, e achamos que é de extrema importância que a FFLCH também tome esse posicionamento político. A gente construiu debates, a gente marcou reuniões com comissões aqui do curso, para fortalecer esse debate. Eu acho que a gente teve uma construção muito justa e muito bem-feita pelo corpo dos estudantes, para dialogar com as massas dos estudantes, para dialogar com os professores, para construir, porque é inadmissível que a gente esteja na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e que nos banheiros haja pichações dizendo que alunos, que pessoas trans não deveriam usar este banheiro; é um absurdo a gente estar no ano 2024 e ver pichações como essa nos banheiros da nossa faculdade. De que um ódio exacerbado é exibido contra os alunos em espaço público, e está na hora de a gente construir linhas e trincheiras de debate. A gente está aqui, e

ATA

a companheira Susan vai apresentar a proposta, e a gente propõe que na Universidade a gente crie espaços amplos de acolhimento. Porque a questão do banheiro, de derrubar a binarização, é uma questão política, é um comprometimento com a comunidade LGBT que a gente tem que assumir imediatamente. Agora a Susan vai ler as propostas”. *Com a palavra, Representante Discente do Projeto (Susan):* “Boa tarde, gente, tudo bem? Eu sou a Susan, do segundo ano das Ciências Sociais, e [queria] complementar um pouco essa questão da proposta em si, não é? Então a gente tem a proposta de 50% dos banheiros do prédio do meio serem neutros; então, pensando nisso, a gente chegou a algumas soluções imediatas até por questão de orçamento; vocês podem acompanhar junto comigo as propostas ali, que estão na segunda folha, sendo a primeira: a) É preciso neutralizar sua aparência retirando os mictórios - sendo que até a sua retirada oficial eles devem ser inutilizados e cobertos com plástico, lonas e/ou fitas de manutenção; b) É fundamental a criação de uma placa institucional da faculdade para os banheiros neutros, conferindo legitimidade à sua existência; c) Que as portas permaneçam abertas, conferindo maior circulação e segurança aos espaços; d) Uma placa informativa a ser colocada nos próprios banheiros sobre as novas mudanças e por que são necessárias, como forma de conscientização; e) Divulgação de informações sobre a pauta dos banheiros agênero por meio de canais de comunicação institucionais. A gente também mapeou, realmente, a questão de proximidade com as salas, não é?, então a gente mapeou, primeiro alguns banheiros que estão indicados aqui no próprio mapa [o mapa consta da proposta anexada à pauta desta Congregação]; no térreo seria o segundo banheiro, o banheiro 2 ali que está mais próximo ao espaço verde, fica no meio do prédio; no primeiro andar a gente propõe os banheiros 4 e 5, que são mais próximos às salas de aula ali da Filosofia, e também da Ciências Sociais, pensando na questão de deslocamento. Porque atualmente os estudantes dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia têm que se deslocar muito até outros banheiros. Entra outra questão também [aí], que é a dos elevadores, de como que uma pessoa PcD vai se locomover até esses espaços, então são diversas maneiras que a gente pensou para o estudante conseguir se locomover e ter um maior acesso a esses espaços tão importantes. Acho que é isso”. *Com a palavra, Prof. Dr. Dário Horácio Gutierrez Gallardo:* “Eu queria fazer, não sei se uma moção de ordem, se uma proposta, que é a seguinte: esse é um tema que está cada vez mais sendo discutido, mas não é um tema fácil de se resolver num final de semana; tem que ser discutido entre os alunos e entre os professores; tem banheiros que são só de professores e outros que são só de alunos; e por que só no prédio

ATA

do meio e não em toda a faculdade? Bom. A minha proposta é a seguinte: que vocês, que estão argumentando ainda por que querem esse tipo de [medida], que vocês enviem esse documento a todos os departamentos, e os departamentos em suas plenárias elaborem um documento para que volte aqui para a Congregação, com os prós, os contras, se é só para os banheiros dos alunos, dos professores não, enfim, os professores não discutiram nada disso, e têm que discuti-lo também. Mesmo que não seja agora aprovado, tem que discutir, porque em algum momento vai ser generalizado isso. Bom. Então a proposta é de que seja encaminhado, e que não haja pressa, não tem que votar hoje, ou mês que vem, pode ser nos próximos meses, nunca houve disso de que ‘tem que ser agora para ser aprovado na próxima’. E além disso, vai envolver muitos recursos, é preciso modificar os banheiros, é preciso modificar a cabeça das pessoas etc. Então essa é a minha proposta”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Quero esclarecer, eu já disse mas reitero, que a gente colocou esse item porque houve uma solicitação de expor o projeto. A gente não ia colocar em pauta para votar algo que além disso diz respeito aos departamentos, que obviamente teriam que ser consultados, não é? Isso independentemente de que eu seja favorável, aliás, vou comentar uma coisa com vocês, já que estamos [falando disso]: o novo prédio, a gente já viu a planta, vai ser apresentada dia 12; essa planta foi feita pela SEF, e já inclui para esse novo prédio uma série de banheiros [inclusivos]. Eu digo para reforçar que não é uma coisa assim, que caiu da mente de alguém; está acontecendo em vários lugares, nas melhores famílias, como dizem. Bom. Então, Eduardo, por favor”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Eduardo Brandão***: “Bom. Boa tarde. Eu falo aqui um pouco em nome da Comissão de Qualidade de Vida, do prédio do meio; primeiro, eu reitero tudo que o senhor disse, porque na verdade eu já sabia desse projeto, mas de corredor. Então, é necessário, quanto ao trâmite, que isso seja encaminhado aos devidos lugares, aos departamentos, que isso seja discutido depois na Comissão de Qualidade de Vida, para a gente ver aí como é que as coisas vão acontecer. Assim, peço a vocês [os integrantes do GT] que façam isso, para que a gente possa iniciar essa discussão de uma forma mais ampla, entre os professores, como eu disse; como chefe do departamento eu preciso do projeto, ali, eu preciso da coisa, do que vai acontecer, para lançar a discussão e começar a pensar junto com vocês o que vai ser feito. Em segundo lugar, eu tenho uma dúvida aqui, que é uma dúvida bem geral: por que só banheiros no prédio do meio? Porque, na verdade, já que a gente está falando da FFLCH, por que vocês não pensam em banheiros [para toda a Faculdade], e já não se discute tudo em bloco? Ou é só no prédio

ATA

do meio que eles se fazem necessários? Essa é uma questão que eu teria. Mas. Enviando o projeto, aí a gente discute isso na Comissão de Qualidade de Vida, sem problemas, eu já conhecia, nós já estávamos razoavelmente cientes, mas a gente precisa de uma certa formalização para iniciar essa discussão, porque o que eu sabia era de ouvir falar no corredor. Esse documento não me chegou oficialmente até agora. Esses trâmites têm que ocorrer, para que a discussão possa chegar como ponto de pauta na Congregação. É isso. Obrigado”. *Com a palavra, Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida:* “Bom, como presidente da Comissão de Inclusão e Pertencimento eu quero apoiar o projeto, primeira coisa, não é?, dizer que acho muito importante, e acho que é mais urgente do que parece. Porque na verdade de novo a USP está muito atrasada nessas coisas; então, quem foi no Congresso de Antropologia [48º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, de 16 a 25 de outubro últimos] na UNICAMP [pôde ver], o IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas] já fez os banheiros, e de um jeito muito barato, sem precisar reformar, [dentro do que] foi a ideia da reunião de que eu participei com vocês, e que a gente pensou, basta inutilizar os mictórios e que os banheiros fiquem neutros, e que os banheiros possam ser usados. O problema, na verdade, e isso aparece – é só um reforço para a ideia – porque pessoas trans estão sofrendo violência nos banheiros, nós precisamos falar disso. Então mulheres trans que tentaram usar o banheiro feminino foram agredidas, aqui neste prédio. As pessoas vinham para cá, gente, e ficavam sem fazer xixi o dia inteiro. Isso é [uma questão de] qualidade de vida. A pessoa não pode fazer xixi. Assim, só para pensar um pouco que esse tema é importante, e é mais simples do que eu acho [que parece]. O projeto deles é modesto, é só metade dos banheiros, é só no prédio do meio, para ir devagarinho mesmo, acostumando com a ideia. Eu entendi que é assim, depois vocês respondam se é algo diferente. Eu só estou querendo falar para apoiar o projeto, eu sei que a gente não vai votar isso hoje, mas eu queria só apoiar a ideia”. *Com a palavra, Sr. Francisco Napolitano Viotto:* “Bom. É bem rapidinho, eu já tinha falado também no expediente dos alunos que eu acho que é fundamental esse projeto ser concretizado, dos banheiros agênero, como disse a professora agora, como disseram os colegas, isso é uma forma de a gente combater a violência contra os estudantes trans, e contra a população trans, na verdade. Eu só queria reforçar que seria importante a gente ter o máximo de celeridade nessa questão, porque é como os colegas colocaram, é uma coisa que a gente vem aí de muito tempo já, desde o começo do ano o pessoal aqui do prédio do meio vem se mobilizando em relação a esse tema.

ATA

Mas também a gente poder já ter com clareza como que a gente pode trabalhar, não só para que agora no prédio do meio isso já seja implementado de imediato, mas também para trabalhar com isso para toda a Faculdade; não me parece, talvez, que seja essencial que se tenha uma discussão em cada um dos onze departamentos, sendo que a gente pode ter essa discussão para toda a FFLCH, já. Para que a gente possa tomar essa decisão para a Faculdade, não é? Porque me parece que é importante a gente combater a transfobia não só aqui no prédio do meio, mas combater a transfobia no prédio da História e da Geografia, no prédio da Letras, no prédio da Diretoria também, na Casa de Cultura Japonesa, ser uma política da Universidade, que eu acho que [essa] é uma coisa que é importante a gente acelerar ao máximo. Porque se for ter que fazer a discussão em cada um dos onze departamentos, comissões de cada um dos departamentos, vai ficar mais demorado. Então, é isso”. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] *Com a palavra, Representante*

Discente do Projeto (Beatriz): “Bom, gente. Eu só quero colocar mais algumas pontuações, e até principalmente em relação aos questionamentos que foram feitos, e tudo mais. Primeiro, a gente fez esse GT do prédio do meio porque foi uma demanda dos estudantes de Sociais e de Filosofia; mas os outros cursos, como por exemplo a Letras, têm também um grupo de trabalho a respeito disso. Só que também é uma questão do avanço e de como cada grupo em cada curso está discutindo as suas questões, mas sim, a gente tem uma proposta de que isso seja implementado na FFLCH toda, inclusive é uma coisa que está na nossa proposta completa, que a gente escreveu, enfim, que está muito grande, a gente pode até encaminhar, a gente já até encaminhou, não é?, para essa pauta da reunião, isso pode ser encaminhado a todos os professores, a gente fala sobre isso, sobre a importância de que isso se expanda para toda a FFLCH, mas sem tirar o processo político que foi feito pela gente, inclusive de legitimidade, de conversa com os estudantes, não foi uma coisa que surgiu do nada, isso tem legitimidade entre os estudantes. A gente passou o ano inteiro, o GT foi fundado assim, em abril, e então a gente passou o ano inteiro fazendo evento, o ano inteiro fazendo reunião, fazendo panfletagem, os estudantes sabem o que está acontecendo. E a gente buscou, sim, os professores, a gente mandou diversos e-mails, inclusive com a proposta, para, enfim, uma representante da Comissão de Qualidade de Vida, a gente fez uma reunião em julho, e já estava tentando esse contato há muito tempo, então a gente gostaria inclusive de saber como que a gente melhora esse contato, já que as formas como a gente estava tentando aparentemente não estavam chegando aos professores. Então a gente precisa realmente

ATA

repensar a forma como a gente está fazendo o contato, já que aparentemente existe uma abertura, uma vontade dos professores de saber o que a gente está propondo, mas então a gente precisa alinhar qual é a melhor forma de a gente fazer esse contato com os professores. E aí eu só queria pontuar que é justamente isso, a nossa proposta está muito bem detalhada, a gente pode encaminhar para todo mundo, e ela coloca justamente que a gente não precisa gastar muitos recursos, existem muitas formas de fazer com que esses banheiros sejam neutralizados. Na UNICAMP eles colocaram plantas nos mictórios, a gente pode colocar lona, plástico, qualquer coisa, a gente não precisa fazer uma grande reforma. É uma questão de permanência, é uma questão justamente de se essa Congregação aprovou uma moção de apoio às quotas trans, a gente precisa garantir que as pessoas trans que estão hoje aqui e [as] que vão ingressar com o futuro da entrada das quotas trans nessa Universidade, a gente precisa garantir, ter responsabilidade para que essas pessoas permaneçam aqui. Para que elas se sintam pertencentes ao prédio, para que elas não tenham doenças por não conseguirem ir ao banheiro, para não terem os seus nomes pichados nos banheiros, não terem xingamentos transfóbicos nos banheiros, que é o que acontece hoje. Então a gente precisa de um apoio forte, não só dos estudantes lá, o dia inteiro batendo [cabeça], enfim, tentando formular propostas; isso foi realmente uma proposta séria, e política dos estudantes, não foi uma coisa que surgiu do nada. Por isso que a gente gostaria, a gente tentou contato com os professores, não é uma coisa que aconteceu agora. Então a gente está aqui trazendo para todo mundo, e a gente gostaria inclusive de talvez tirar um plano, como a professora muito bem colocou, porque como essa primeira tentativa de implementação dos banheiros vai ser só no prédio do meio, a gente pode tentar tirar um plano, já que vão acontecer as reuniões de departamento da Sociais, as reuniões de departamento da Filosofia, a gente consegue então pelo menos ter o apoio desses professores, para na próxima Congregação quem sabe aprovar isso, não é? A gente garante que a gente vai estar aqui. Então a gente gostaria até de tirar daqui, já que isso não vai ser aprovado, pelo menos que a gente tenha um planejamento encaminhativo para a gente conseguir levar isso com a maior celeridade possível. Obrigada”. *Com a palavra, **Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento***: “Bom, então eu gostaria de fazer um encaminhamento, a partir da sugestão da Angela; que a gente comece esse projeto-piloto no prédio do meio, e que o GT encaminhe para os chefes de departamento, para as quatro chefias de departamento a documentação, até dia 12, que é o dia da próxima Congregação, e que aí a gente delibere a respeito. A gente começa aqui [no prédio do meio], e depois, no ano que

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ATA

vem, a gente avalia e faz nos outros prédios também. Pode ser assim? Está bom”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Bom, gente, então damos por encerrado, sim? Muito bem”.